Nexia Teixeira Auditores

CEB Lajeado S.A.

Demonstrações financeiras em 31/12/2022 e Relatório dos Auditores independentes

Março de 2023

CONHECIMENTO LOCAL, ALCANCE GLOBAL

CONTEÚDO

1	RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
2	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
3	RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Nexia Teixeira Auditores

Rua Paraíba, 1352, 12° andar
Savassi, Belo Horizonte, MG
CEP 30130-141, Brasil
+55 31 3282 9939

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Senhores Conselheiros e Membros da Diretoria da
CEB LAJEADO S.A.

Opinião

Examinamos as Demonstrações financeiras da CEB Lajeado S.A. ("Companhia" ou "CEB Lajeado"), que compreendem o Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas Demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa Opinião, as Demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CEB Lajeado S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos Auditores pela auditoria das Demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa Opinião.

Ênfase

Sem modificar nossa Opinião, chamamos atenção ao fato de que o lucro líquido do exercício de 2022, de R$ 144,2 milhões, está aumentado por R$ 28,4 milhões, relativo ao efeito positivo no aumento do prazo de concessão de exploração do aproveitamento hidrelétrico da usina descrito na Nota explicativa nº 11, deduzido: i) da amortização já reconhecida em 2022; ii) dos correspondentes efeitos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos; e iii) da provisão de partes beneficiárias.

Outros assuntos

1) A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e está sendo apresentada como informação suplementar por exigência dos seus acionistas e foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das Demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2022. Para a formação de nossa Opinião, avaliamos se essa Demonstração está conciliada com as Demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 9 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa Opinião, essa Demonstração do Valor Adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma contábil e são consistentes em relação as Demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

2) As Demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparabilidade, foram auditadas por nós e sobre as quais emitimos relatório de Opinião sem ressalva em 14 de fevereiro de 2022.

Outras informações que acompanham as Demonstrações financeiras e o Relatório dos Auditores

A Administração da CEB Lajeado é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, previsto no Art. 133 da Lei 6.404/76. Nossa Opinião sobre as Demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das Demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, consistente com as Demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das Demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa

base contábil na elaboração das Demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos Auditores pela auditoria das Demonstrações financeiras

Nossos objetivos são os de obter segurança razoável de que as Demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa Opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa Opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos Opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração da Companhia.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso

relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa Opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data deste relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 2 de março de 2023

TEIXEIRA & ASSOCIADOS
Auditores Independentes
CRC MG 5.194 CNAI PJ MG20

A member of Nexia International

Assinado de forma digital por Domingos Xavier Teixeira
Dados: 2023.03.03 17:29:27 -03'00'

Domingos Xavier Teixeira
Sócio e Diretor Executivo
Contador CRC MG-14.105-O/5-S-DF-103

CEB LAJEADO S.A - CEB Lajeado
SGAN Quadra 601 Conjunto H, 2º Andar - Asa Norte
Edifício ION Brasília/DF - Telefone: 3774.1154
CNPJ: 03.677.638/0001-50 - Inscrição Estadual: 07.408.151/001-60
Internet: http://www.ceb.com.br

CEB Lajeado

Demonstrações Financeiras Finais

CEB Lajeado - 31/12/2022

Encerramento do Exercício - 2022

CEB LAJEADO S.A - CEB Lajeado
SGAN Quadra 601 Conjunto H, 2º Andar - Asa Norte
Edifício ION Brasília/DF - Telefone: 3774.1154
CNPJ: 03.677.638/0001-50 - Inscrição Estadual: 07.408.151/001-60
Internet: http://www.ceb.com.br

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS FINAIS

EXERCÍCIOS FINDOS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022

CONTEÚDO

1	Balanço Patrimonial	Pág.	3
2	Demonstração do Resultado	Pág.	4
3	Demonstração do Resultado Abrangente	Pág.	5
4	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	Pág.	6
5	Demonstração dos Fluxos de Caixa	Pág.	7
6	Demonstração do Valor Adicionado	Pág.	8
7	Nota Explicativa às Demonstrações Financeiras	Pág	9 - 37
8	Relatório da Administração	Pág.	38 - 50

A member of Nexia International

CEB LAJEADO S.A - CEB Lajeado
SGAN Quadra 601 Conjunto H, 2º Andar - Asa Norte
Edifício ION Brasília/DF - Telefone: 3774.1154
CNPJ: 03.677.638/0001-50 - Inscrição Estadual: 07.408.151/001-60
Internet: http://www.ceb.com.br

CEB Lajeado S.A.
Balanço Patrimonial
Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO			
Ativo Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	3	162.733	121.217
Concessionários e permissionários	4	22.552	21.069
Caução em garantia CCEE	5	1.175	748
Dividendos e Juros sobre capital próprio a receber	6	8.103	2.830
Repactuação do Risco Hidrológico	7	1.214	1.214
Outros créditos	8	813	118
		196.590	**147.196**
Ativo Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Títulos a receber - Investco S.A	9	1.696	1.582
Repactuação do Risco Hidrológico	7	6.374	7.588
Outros créditos	8	2.793	2.481
		10.863	**11.651**
Investimentos	10	193.671	182.535
Imobilizado		376	461
Intangível	11	107.868	64.756
		312.778	**259.403**
Total do Ativo		**509.368**	**406.599**

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
PASSIVO			
Passivo Circulante			
Contas a pagar	12	5.727	3.725
Salários e encargos sociais	13	485	361
Obrigações tributárias	14	43.798	34.897
Obrigações com acionistas	15	50.945	27.799
Pesquisa e desenvolvimento	16	2.588	1.784
Outras obrigações	17	1.043	1.104
		104.586	**69.670**
Não Circulante			
Obrigações tributárias	23.2	16.527	318
Provisões para Litígios Fiscais	26.1	347	311
		16.874	**629**
Patrimônio Líquido	18		
Capital social		112.284	112.284
Reserva de capital		151.225	151.225
Reservas de lucros		124.271	72.709
Ajuste de avaliação patrimonial		128	82
		387.908	**336.300**
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		**509.368**	**406.599**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CEB Lajeado S.A.
Demonstração de Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	**19**	**221.061**	**240.925**
Custo com energia elétrica e operação	**20**	(68.856)	(109.839)
Lucro operacional bruto		**152.205**	**131.086**
Receitas / (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	**21**	(6.224)	(6.632)
Repactuação Risco Hidrológico - Lei nº 14.052/2020	**1.5**	51.628	-
Amortização de ágio	**11**	(8.516)	(5.887)
Constituição / Reversão de Litígios Fiscais	**26.1**	(36)	752
Resultado de equivalência patrimonial	**10**	22.071	5.515
Outras receitas		-	131
		58.923	**(6.121)**
Resultado antes do resultado financeiro		**211.128**	**124.965**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	**22**	18.534	4.752
Despesas financeiras		(1.338)	(664)
		17.196	**4.088**
Resultado antes dos tributos e participações		**228.324**	**129.053**
Imposto de renda e contribuição social			
Imposto de renda e contribuição social correntes	**23.1**	(51.885)	(40.148)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**23.2**	(16.209)	(305)
		(68.094)	**(40.453)**
Lucro do Exercício		**160.230**	**88.600**
Partes beneficiárias	**15**	(16.023)	(8.860)
Lucro Líquido do Exercício		**144.207**	**79.740**
Lucro básico e diluído por ação		**1,0538**	**0,5827**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CEB Lajeado S.A.
Demonstração de Resultados Abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro Líquido do Período	**144.207**	**79.740**
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes - Coligadas	46	54
Resultado Abrangente Total	**144.253**	**79.794**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CEB LAJEADO S.A - CEB Lajeado
SGAN Quadra 601 Conjunto H, 2º Andar - Asa Norte
Edifício ION Brasília/DF - Telefone: 3774.1154
CNPJ: 03.677.638/0001-50 - Inscrição Estadual: 07.408.151/001-60
Internet: http://www.ceb.com.br

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Reserva de Capital	Reservas de lucros		Outros Resultados Abrangentes	Lucros / Prejuízos acumulados	Total do Patrimônio Líquido
			Reserva Legal	Dividendos Adicionais Propostos			
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**112.284**	**151.225**	**13.950**	**43.329**	**28**	**-**	**320.816**
Operações com acionistas:							
Dividendos pagos no exercício 2021	**-**	**-**	**-**	(43.329)	**-**	**-**	**(43.329)**
Juros sobre Capital Próprio Creditados no exercício						(13.615)	**(13.615)**
Dividendos mínimo obrigatório Exercício 2021						(7.366)	**(7.366)**
Dividendos Adicionais Propostos no Exercício	-	-	-	54.772	-	(54.772)	**-**
Resultado Abrangente Total:							
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	79.740	**79.740**
Resultado Abrangente Total:							**-**
Outros Resultados Abrangentes Coligadas	-	-	-	-	54	-	**54**
Movimentações Internas:							**-**
Constituição de Reserva Legal	-	-	3.987	-	-	(3.987)	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**112.284**	**151.225**	**17.937**	**54.772**	**82**	**-**	**336.300**

	Capital Social	Reserva de Capital	Reservas de lucros		Outros Resultados Abrangentes	Lucros / Prejuízos acumulados	Total do Patrimônio Líquido
			Reserva Legal	Dividendos Adicionais Propostos			
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**112.284**	**151.225**	**17.937**	**54.772**	**82**	**-**	**336.300**
Operações com acionistas:							
Dividendos pagos no exercício 2022	**-**	**-**	**-**	(54.772)	**-**	-	**(54.772)**
Juros sobre Capital Próprio Creditados no exercício	-	-	-	-	-	(19.678)	**(19.678)**
Dividendos mínimo obrigatório Exercício 2022	**-**	**-**	**-**	-	**-**	(18.195)	**(18.195)**
Dividendos Adicionais Propostos no Exercício	**-**	**-**		101.814	**-**	(101.814)	**-**
Resultado Abrangente Total:							
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	144.207	**144.207**
Outros Resultados Abrangentes:							
Outros Resultados Abrangentes Coligadas	-	-	-	-	46	-	**46**
Movimentações Internas:							
Constituição de Reserva Legal	-	-	4.520	-	-	(4.520)	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**112.284**	**151.225**	**22.457**	**101.814**	**128**	**-**	**387.908**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CEB Lajeado S.A.
Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo método direto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2022	31/12/2021
Atividades operacionais		
Entradas:		
Recebimento pela venda de energia elétrica	245.922	205.781
Recebimento de juros sobre aplicação financeira	18.015	4.128
Recebimento de Dividendos / Juros sobre Capital Próprio	4.439	10.117
Liberação de garantia - CCEE	764	5.472
Outras	50	110
	269.190	**225.608**
Saídas:		
Pagamento de arrendamento	(44.679)	(26.386)
Energia elétrica comprada para revenda	(4.196)	(14.856)
Custo uso do sistema de transmissão	(17.475)	(15.537)
Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos hídricos	(4.738)	(3.812)
Constituição de garantia - CCEE	(1.747)	(10.662)
Fornecedores de materiais e serviços	(608)	(583)
Salários, remuneração e encargos	(4.179)	(5.272)
Doações, contribuições e subvenções	(302)	(250)
Pagamento de despesas financeira	(36)	(114)
Depósitos Judiciais	(312)	(400)
Pagamento de impostos	(63.320)	(48.110)
Encargos setoriais	(3.027)	(4.868)
Outras	(458)	(187)
	(145.077)	**(131.037)**
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**124.113**	**94.571**
Atividades de Investimento		
Aquisição de Imobilizado	(26)	(236)
Caixa líquido aplicado nas atividades de Investimentos	**(26)**	**(236)**
Atividades de Financiamentos		
Pagamento de Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	(62.138)	(43.329)
Pagamento de Dividendos Intercalares	(11.573)	(11.625)
Pagamento de Partes Beneficiárias	(8.860)	(6.667)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**(82.571)**	**(61.621)**
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**41.516**	**32.714**
Saldo de caixa no início do exercício	121.217	88.503
Saldo de caixa no final do exercício	162.733	121.217
Variação do Caixa e equivalentes de caixa	**41.516**	**32.714**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CEB Lajeado S.A.
Demonstração do Valor Adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2022		31/12/2021	
1 - Receitas				
Venda de Energia Elétrica	252.857		273.522	
Outras Receitas	-		131	
	252.857		**273.653**	
2 - Insumos adquiridos de terceiros				
Serviços de terceiros	(2.313)		(3.927)	
Material	(3)		(6)	
Operações com energia elétrica (CCEE)	(10.325)		(78.170)	
Custo de uso da rede de transmissão	(17.672)		(15.664)	
Comp. Financ. pela Utilização dos Recursos hídricos	(4.672)		(4.073)	
Constituição / Reversão de Litígios Fiscais	(36)		752	
Incentivos Fiscais Lei 14.438/2006	(199)		(158)	
Outros custos operacionais	(1.315)		(1.306)	
Outras Despesas	(141)		(53)	
	(36.676)		**(102.605)**	
3 - Valor adicionado bruto (1-2)	**216.181**		**171.048**	
4 - Retenções				
Depreciação	100		40	
Amortização	8.516		5.887	
	8.616		**5.927**	
5 - Valor adicionado líquido produzido (3-4)	**207.565**		**165.121**	
6 - Valor adicionado recebido em transferência				
Repactuação Risco Hidrológico - Lei nº 174.052/2020	51.628		-	
Equivalência patrimonial	22.071		5.515	
Receitas financeiras	18.534		4.752	
	92.233		**10.267**	
7 - Valor adicionado total a distribuir (5+6)	**299.798**		**175.388**	
		%		%
Pessoal e encargos	3.204	1,1%	2.347	1,3%
Impostos, taxas e contribuições	88.392	29,5%	57.668	32,9%
Arrendamento, alugueis e juros	47.972	16,0%	26.773	15,3%
Remuneração de capitais próprios	53.896	18,0%	29.841	17,0%
Retenção de lucros	106.334	35,4%	58.759	33,5%
8 - Valor adicionado total distribuído	**299.798**	**100,0%**	**175.388**	**100,0%**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

1 Contexto operacional

1.1 - Objetivo social

A CEB LAJEADO S.A. ("CEB Lajeado" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, de direito privado, controlada pela *holding* Companhia Energética de Brasília – CEB e é uma coligada da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS. Foi constituída em 22 de fevereiro de 2000, e autorizada a funcionar pela Lei Distrital nº 2.515, de 31 de dezembro de 1999. Essa Lei foi alterada pela Lei nº 3.737, de 13 de janeiro de 2006, para autorizar a sua reestruturação societária. Atualmente sua sede social encontra-se localizada na cidade de Brasília/DF, no endereço SGAN Quadra 601 Conjunto H, 2º Andar Edifício ION - Asa Norte, Brasília/DF.

A CEB Lajeado tem por objetivo a geração e comercialização de energia produzida pelo Aproveitamento Hidroelétrico Lajeado, praticando todos os atos necessários à consecução de sua finalidade, participando da sociedade Investco S.A. ("Investco"), como meio para realizar o seu objeto social, na condição de acionista.

1.2 - Participação societária

A CEB Lajeado e as empresas Lajeado Energia S.A. ("Lajeado Energia") e Paulista Lajeado Energia S.A. ("Paulista Lajeado Energia") são titulares de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital votante e 85,31% (oitenta e cinco vírgula trinta e um por cento) do capital social da Investco, uma sociedade por ações, registrada na Comissão de Valores Mobiliários – CVM, constituída para administrar a UHE Luís Eduardo Magalhães, com sede na cidade de Miracema, no Estado do Tocantins, e endereço na rodovia TO Miracema, Km 23, s/nº, inscrita no CNPJ sob nº 00.644.907/0001-93, onde é gerada a energia comercializada pela Companhia.

1.3 - Concessão

A CEB Lajeado, em conjunto com a Lajeado Energia S.A., Paulista Lajeado Energia S.A. e a Investco, são parte do consórcio denominado "Consórcio Lajeado", cujo objeto é a exploração compartilhada da concessão de uso de bem público do Aproveitamento Hidroelétrico Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão nº 05/97 e respectivos aditivos da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. O prazo de inicialmente estabelecido de duração do contrato de concessão foi de 35 (trinta e cinco) anos contados de sua publicação no Diário Oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2033, todavia, com base na Resolução Homologatória ANEEL Nº 2632/2021 de 14 de setembro de 2021, a Companhia obteve uma extensão da concessão de 980 dias, a ser encerrada em 22 de setembro de 2035, em função da sua participação no Mecanismo de Relocação de Energia – MRE. No período de prorrogação da concessão, a Companhia poderá comercializar sua cota parte de energia da UHE Luiz Eduardo Magalhães no Mercado Livre, já que o Contrato Bilateral firmado com Neoenergia Distribuição S/A., se encerrará em 15 de dezembro de 2032.

A concessão da UHE Luís Eduardo Magalhães é compartilhada da seguinte forma:

	Quota
Paulista Lajeado Energia	72,27%
CEB Lajeado	19,80%
Lajeado Energia	6,93%
Investco	1,00%
Total	**100,00%**

A Investco é titular exclusiva dos ativos que compõem a Usina, porém, esses ativos são arrendados somente aos sócios ordinários e de acordo com percentual de participação de cada um no contrato de concessão, conforme instrumento particular do contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001. Dessa forma, a energia gerada pela UHE Luís Eduardo Magalhães é de propriedade das arrendatárias e não há relação de compra e venda de energia entre a Investco e a CEB Lajeado.

A UHE Luís Eduardo Magalhães encontra-se em operação com cinco turbinas, cada uma com potência de 180,5 MW, representando uma potência total instalada de 902,5 MW, tendo energia assegurada 505,10 MW. Da potência instalada e energia assegurada, as Concessionárias deverão destinar 617,48 MW e 2.877.660 MWh/ano, respectivamente, até o prazo final deste contrato, para venda às empresas concessionárias de serviços públicos de distribuição. A partir de 2016 passou a vigorar a Repactuação do Risco Hidrológico, estabelecida por meio da Lei 13.203/2015 e regulamentada pela Resolução Aneel nº 684/2015, que transferiu parte deste risco para os consumidores finais envolvendo os contratos no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, como o da CEB Lajeado, mediante o pagamento de um prêmio de risco. O produto escolhido pela Companhia foi o SP92, que garante uma proteção para déficits de geração de energia do Mercado de Curto Prazo superior a 8%, sendo que para déficits até este nível a CEB Lajeado possui a responsabilidade de ressarcir aos agentes de mercados.

A Companhia tem em vigor um contrato de compra e venda de energia com a Neoenergia Distribuição Brasília S.A., firmado em 27 de novembro de 2001 e posteriormente prorrogado até 15 de dezembro de 2032. O controle acionário da CEB Distribuição foi vendido pela CEB Holding à Neoenergia, sendo a operação de venda de energia deixou de ser considerada como uma transação com parte relacionada a partir de 2 de março de 2021. A CEB Lajeado tem um volume contratado de energia de 823.822,5 MWh/ano, ou 94,04 MW médios, com a Neoenergia Brasília, montante este contratado até o final do contrato em 2032.

Até 2022, a garantia física da CEB Lajeado é de 100,01 MW médios, como definido pela Portaria nº 178 do MME de 3 de maio de 2017, sendo que esta garantia física foi reduzida para 95,02 MW médios conforme Portaria GM/MME nº 704 da Gerência de Mercado do Ministério das Minas e Energia publicou em 10 de novembro de 2022, através da a revisão ordinária da UHE Luís Eduardo Magalhães.

Tanto os montantes contratados quanto os montantes de garantia física são sazonalizados, mensalmente, e a contabilização das sobras e déficits de energia são centralizadas pela CCEE e o resultado das operações de comercialização de energia são liquidados no Mercado de Curto Prazo. Neste contexto, o total gerado pela usina, mensalmente, é variável determinante no resultado econômico da comercialização, dado que cabe ao agente atender aos compromissos assumidos no âmbito do contrato de venda, assim como, no Sistema Interligado Nacional (SIN).

A geração da usina é determinada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) e sofre impacto direto do volume de precipitação nos distintos períodos do ano, sendo que em 2022 a Companhia está sendo impactada positivamente pelo regime pluviométrico favorável no período, gerando uma redução do custo de liquidação das operações do Mercado de Curto Prazo, ocasionando um resultado favorável desse exercício.

No ano de 2022, a geração foi de 88,06 MW médios, representando um volume de 3,85% maior que no mesmo período de 2021 e 11,95% inferior ao pactuado junto ao SIN. Este déficit de geração de energia foi coberto, em parte, pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, o que beneficiou o resultado da Companhia no período.

No ano de 2022 houve uma melhora significativa em relação ao cenário hidrológico quando comparamos com o realizado no ano de 2021, esse desenvolvimento resultou no Ajuste do MRE ou Generation Scalling Factor - GSF de 86%. Com essa melhora a CEB Lajeado conseguiu atenuar parte desse impacto no resultado por meio das estratégias de repactuação do risco hidrológico, sazonalização dos contratos e as devidas estratégias de atuação dentro do mercado livre de energia, através da realização de um leilão de compra energia no segundo semestre de 2022.

A Companhia seguiu gerindo a sua exposição ao Mercado de Curto Prazo, de forma a acompanhar as oscilações de mercado e se proteger dos impactos do GSF (Generation Scaling Factor) e da grande volatilidade do PLD (Preço de Liquidação das Diferenças), tendo reduzido substancialmente em 2022, os impactos econômicos neste segmento. A forte seca de 2021 foi em grande parte superada, os altos níveis dos reservatórios indicaram um cenário melhor para geração e, com isso, o PLD médio de 2022 fechou em R$58,99/MWh, valor abaixo do preço médio dos contratos de venda de energia no Ambiente de Contratação Regulado - ACR, em torno de R$ 299,31/MWh. Apesar do cenário favorável, a CEB Lajeado permanece buscando meios de mitigar os efeitos inerentes de sua exposição financeira no Mercado de Curto Prazo.

1.4 - Pesquisa e desenvolvimento - P&D

A Companhia é obrigada a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% (um por cento) de sua receita operacional após dedução do PIS, da COFINS, da Taxa de Fiscalização da ANEEL e a Compensação Financeira de Recursos Hídricos - CFURH, em pesquisa e desenvolvimento no setor elétrico, em conformidade com a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

Do montante apurado, ocorre a seguinte destinação:

- 40% são recolhidos ao Governo Federal através do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT;
- 20% ao Ministério de Minas e Energia – MME;
- 12% são repassados à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), nos termos da Lei 14.120 de 1º de março de 2021, sendo que este repasse irá permanecer até dezembro/2025; e
- 28% são retidos pela Companhia para serem investidos em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento da ANEEL conforme Resolução nº 754 de 13 de dezembro de 2016, sendo que os montantes retidos e não investidos são atualizados por SELIC.

A Companhia vem respeitando integralmente a Lei e aplicando o percentual mencionado. A rubrica de Recursos em poder da Companhia encontra-se com um saldo de R$2.307 mil em 31/12/2022, conforme Nota explicativa 16, devendo ser aplicado em projetos de pesquisa, regulamentados e aprovados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Atualmente encontra-se em andamento o Projeto intitulado “Desenvolvimento de um *Framework* para Cidades Inteligentes através de *Smart Meters* modulares integrados às Redes de Iluminação Pública utilizando a Tecnologia 5G”, firmado através de um Termo de Cooperação entre a Universidade Federal de Juiz de Fora, CEB Lajeado e a IDEASOFT, no dia 26/10/2021 com vigência de 24 meses e com valor estimado de R$2.050 mil, tendo já sido investidos neste projeto R$767 mil.

1.5 - Repactuação do risco hidrológico - Lei nº 14.052/2020

Em 09 de setembro de 2020, foi publicado no Diário Oficial a Lei n° 14.052/20, que alterou a Lei nº 13.203/15, estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico referente a parcela dos custos incorridos com o GSF (*Generation Scaling Factor*), assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) desde 2012, com o agravamento da crise hídrica, a qual criou a base legal para repactuação do GSF no ACL – Ambiente de Comercialização Livre. A alteração legal teve como objetivo a compensação de valores aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE em face de riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes; e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. O ressarcimento destes custos adicionais arcados pelas geradoras de energia foi por meio da extensão da concessão, limitada ao período máximo de 7 (sete) anos, condicionada à desistência de eventuais ações judiciais ou do direito de discutir questões relacionadas ao MRE pelos agentes elegíveis.

Como resultado da nova regulamentação, a Administração da CEB Lajeado assinou em 12 de novembro de 2021, o termo de aceitação de prazo de extensão de outorga e de desistência e renúncia ao direito de discutir a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao Mecanismo de Realocação de Energia – MRE. Consequentemente, a Companhia obteve a extensão da sua concessão em 980 dias, sendo que encerramento da concessão passou de 15 de janeiro de 2033 para 22 de setembro de 2035. Como consequência desta extensão da concessão, a Companhia, após cumprir os trâmites internos da conferência de valores e aprovações pelos órgãos de governança, registrou em 2022 um ativo referente ao ganho estimado que irá auferir neste período adicional, conforme detalhado na nota explicativa nº 11 b).

2 - Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis

2.1 - Base de preparação das demonstrações financeiras

As Demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com a Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/76), incorporando as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Ademais, Companhia adota o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica – MCSPEE, cujo plano de contas do setor elétrico está contido, bem como as normas e orientações da ANEEL.

A Companhia elaborou a Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC pelo método direto nos termos da NBC TG 03 (R3). Adicionalmente, a Companhia apresenta a conciliação entre o lucro líquido do período para o caixa líquido das atividades operacionais na Nota explicativa 31.

A Companhia elaborou a Demonstração do Valor Adicionado – DVA nos termos da NBC TG 09, como parte integrante das Demonstrações financeiras, em linha com as determinações dos seus acionistas.

A CEB Lajeado avaliou os eventos subsequentes até 2 de março de 2023 e concluiu que não ocorreram eventos que pudessem modificar as Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022.

2.2 - Base de mensuração

As Demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo. A Companhia mensura seus Equivalentes de Caixa (aplicações financeiras de liquidez imediata), contas a receber, dividendos a receber, títulos a receber e fornecedores.

2.3 - Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda do ambiente econômico principal no qual a Companhia opera, utilizada na preparação das Demonstrações financeiras, é o Real (R$). Todas as informações financeiras foram apresentadas com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

2.4 - Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação de Demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis em relação aos valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com a probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

(i) Redução do valor recuperável de ativos

Ativo financeiro: São avaliados quanto à sua recuperabilidade ao final de cada exercício, exceto para Concessionárias e Permissionárias que são avaliados mensalmente. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro, ou nos valores atuais, e que eventualmente tenham resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro: O saldo de investimentos, imobilizado e intangível e outros ativos são revistos anualmente utilizando o método de projeção de fluxo de caixa para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda nestes ativos.

Especificamente para a NBC TG 06 (R3) – Arrendamentos, a Companhia efetuou a análise sobre o contrato de arrendamento da CEB Lajeado com a coligada Investco e concluiu que ele não está no alcance da referida norma contábil e, por essa razão, as práticas contábeis com relação a este contrato permaneceram inalteradas. A base para a Administração concluir que o referido contrato não está no alcance da norma levou em consideração, principalmente, o fato de que a Companhia: (i) não possui, substancialmente, todos os benefícios do ativo; e (ii) não direciona o uso do ativo.

(ii) Valor justo dos instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

(iii) Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

A Companhia não possui causas cíveis, trabalhistas, e regulatórias de valor relevante, possuindo somente contingências tributárias de menor relevância conforme apresentado na Nota Explicativa 26.1. A avaliação da probabilidade de perda inclui as evidências e as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos.

A necessidade de constituir ou não provisões é revisada mensalmente pela Administração e leva em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A avaliação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em opiniões divergentes devido às imprecisões inerentes ao processo de avaliação.

(iv) Amortização de ativos intangíveis

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com as vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. No caso específico do intangível, a amortização é feita considerando o prazo da concessão.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado (Nota explicativa 11).

(v) Energia a ser liquidada no âmbito da CCEE

A Companhia avalia ao final de cada período de reporte os montantes, estimados pela sua área técnica, das liquidações ativas e passivas esperadas, baseadas nas informações disponíveis no mercado até o encerramento das suas Demonstrações financeiras. Os valores de liquidação dos ativos e passivos relacionados do Mercado de Curto Prazo podem diferir dos valores reconhecidos em 31 de dezembro de 2022, todavia, as estimativas preparadas pela Entidade têm sido próximas aos valores de realização, tendo em vista o conhecimento acumulado do staff técnico da CEB Lajeado e das empresas do Grupo sobre as normas e experiências em relação ao setor de energia.

2.5 - Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de 90 dias da data de contratação em caixa. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor (Nota explicativa 3).

2.6 - Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (a) ao custo amortizado, (b) mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente e (c) mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende do modelo de negócios adotado pela Companhia na gestão dos seus ativos financeiros. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a CEB Lajeado se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

(i) Custo amortizado

São ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Compreende o saldo de Concessionária e Permissionárias (Nota explicativa 4) e Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a Receber (Nota Explicativa 6).

(ii) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

A Companhia não apresenta instrumentos financeiros classificados nesta categoria.

(iii) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são classificados nessa categoria, os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Compreende o saldo de caixa e bancos e equivalentes de caixa (Nota Explicativa 3) e títulos a receber da Investco (Nota explicativa 9). Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido.

(iv) Deterioração de ativos financeiros

A Companhia avalia, na data do encerramento do exercício, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros é considerado deteriorado quando existirem evidências objetivas da redução de seu valor recuperável, sendo estas evidências o resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, e quando houver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados.

No caso de investimentos patrimoniais, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é considerado evidência objetiva de redução ao valor recuperável.

2.7 - Passivos financeiros

Os passivos financeiros podem ser classificados como Custo amortizado ou Valor justo por meio do resultado. A Companhia possui somente passivos financeiros classificados como Custo Amortizado, sendo reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento e baixados quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os passivos financeiros classificados como Custo Amortizado são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo método de juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros: Contas a Pagar (Nota explicativa 12), Obrigações tributárias (Nota explicativa 14), Obrigações com Acionistas (Nota explicativa 15) e Pesquisa e Desenvolvimento (Nota explicativa 16).

2.8 - Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

2.9 - Concessionárias e permissionários

O valor incluso nesta conta representa a venda de energia proveniente do contrato bilateral de compra e venda de energia elétrica, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço, além dos valores a serem liquidados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (Nota explicativa 4).

2.10 - Investimentos em coligadas

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa na Administração, mas não controle sobre as políticas financeiras e operacionais. A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou

indiretamente, mantém entre 20% e 50% das ações ou quotas com poder de voto da outra entidade. Para a CEB Lajeado, a coligada Investco se enquadra nesta categoria, conforme apresentado na Nota explicativa 10.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo e, a partir daí, é ajustado para refletir a alteração pós-aquisição na participação do investidor sobre os ativos líquidos da investida. As receitas ou as despesas do investidor incluem sua participação nos lucros ou prejuízos da investida, e os outros resultados abrangentes do investidor incluem a sua participação em outros resultados abrangentes da investida.

2.11 - Intangível

É constituído pelo valor do ágio obtido na operação de reestruturação societária ocorrida na Companhia nos anos de 2005 e 2006 e pelo ativo constituído diante da extensão da concessão pela repactuação do risco hidrológico, conforme a Lei nº 14.052/2020. Ambos intangíveis são deduzidos da amortização acumulada, calculada até a data do período final de sua utilização, ou seja, até o final do prazo de concessão (Nota explicativa 11).

2.12- Redução ao valor recuperável de ativos

O saldo de investimentos e intangível (*goodwill*) são revistos anualmente para identificar se há algum índice de desvalorização dos ativos e elas possam não ser recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda nestes ativos.

Baseado na conclusão dos estudos realizados pela Companhia para este fim, a Administração concluiu que o valor recuperável destes ativos é superior ao seu valor contábil em 31 de dezembro de 2022, sendo assim, nenhuma provisão é requerida.

2.13 - Contas a pagar

O valor do saldo de contas a pagar é composto basicamente pelo Arrendamento a pagar à Investco pelo uso do seu imobilizado na geração de energia comercializada pela CEB Lajeado e pelo Custo do Uso do Sistema de Transmissão - CUST. As obrigações estão sendo apresentadas pelos valores conhecidos ou estimáveis até a data dessas demonstrações financeiras (Nota explicativa 12).

2.14 - Obrigações tributárias

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes e diferidos. O imposto sobre a renda e a contribuição social sobre lucros são reconhecidos na Demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais, e os decorrentes de contabilização inicial em combinações de negócios.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, considerando as adições e exclusões legais previstas. Sobre as adições temporárias, que se tornarão dedutíveis quando realizadas, são constituídos créditos tributários diferidos, que estão sendo apresentados na conta de tributos diferidos no passivo.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável, ou quando é feita fiscalmente a compensação com impostos a pagar.

2.15 - Dividendos e juros sobre capital próprio

A Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do seu lucro líquido ajustado conforme determina o seu Estatuto Social. De acordo com as práticas contábeis brasileiras societárias, o dividendo mínimo obrigatório deve ser reconhecido como uma obrigação, já o dividendo declarado e ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas Demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das Demonstrações financeiras.

Os juros sobre capital próprio são originalmente registrados nos livros contábeis e fiscais como despesa financeira, por ocasião da apropriação dos valores a pagar aos acionistas. Entretanto, para fins de preparação destas Demonstrações Financeiras, utiliza-se a essência da transação e, portanto, são considerados como distribuição de lucros e não transitam pelo resultado, recebendo o mesmo tratamento dos dividendos e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre o capital próprio é contabilizado a débito no patrimônio líquido quando de sua proposição pela Administração, por atenderem, neste momento, o critério de obrigação.

2.16- Participações estatutárias

Referem-se a alienação de partes beneficiárias, que são títulos sem valor nominal, estabelecidos pelo Estatuto Social da Companhia com base no art. 46 da Lei 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07. Consiste em participação nos lucros anuais de no máximo 10%. O art. 190 da Lei nº 6.404/76, e as alterações citadas acima definem o lucro sobre o qual se aplica o percentual. O prazo de vigência das partes beneficiárias será até o ano de 2032, quando então a reserva de capital deverá ser convertida em ações preferenciais, de modo que represente 5,084% do capital social na ocasião.

2.17 - Demais ativos e passivos

Os outros ativos e passivos estão apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço, deduzidos por provisão para perdas e/ou ajuste a valor presente, quando aplicável. As outras obrigações são demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, das variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

2.18 - Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido (Nota explicativa 18.1).

(i) Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opção de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, livre de quaisquer efeitos tributários.

(ii) Ações preferenciais

Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente à escolha da Companhia e quaisquer dividendos sejam discricionários. Dividendos pagos são reconhecidos no patrimônio líquido quando da aprovação pelos acionistas da Companhia.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definidos em estatuto são reconhecidos como passivo.

2.19 - Reserva legal

Constituída de 5% sobre o lucro líquido do exercício, conforme art. 193 da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07, até o limite de 20% do capital social realizado (Nota explicativa 18.3).

2.20 - Reserva de capital

Constituída pelo valor da alienação das partes beneficiárias, foi classificada de acordo com a alínea "a" do § 1º do art. 182 da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07 (Nota explicativa 18.2).

2.21 - Reconhecimento da receita

A receita operacional é reconhecida quando existem as seguintes evidências convincentes:

- de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador;
- de ser provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade;
- de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável; e
- de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita de comercialização de energia é registrada com base no contrato bilateral firmado com o agente de mercado Neoenergia Distribuição e devidamente registrado na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

2.22- Adoção de pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC novas e revisadas

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

(i) Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;

- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia entende que não há impactos em suas Demonstrações financeiras referente a adoção desta alteração.

(ii) IFRS 17 – Contratos de seguros (CPC 50)

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50 - Contratos de Seguro que substituiu o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Ao entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituiu a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. Essa norma não se aplica a Companhia.

(iii) Alterações ao IAS 1 e IFRS *Pratice Statement* 2: Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS *Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis com base no conceito de materialidade.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao *Practice Statement 2* fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

(iv) Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativas contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e *inputs* para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.23- Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão das destas Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Administração em 2 de março de 2023.

3 - Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa rotativo	1	3
Banco de Brasília	199	-
Banco Itaú	1	2
Banco de Brasília – BRB – aplicação financeira	162.532	121.212
Total	**162.733**	**121.217**

A aplicação financeira no BRB corresponde a Certificados de Depósitos Bancários - CDB com possibilidade de resgate a qualquer tempo e atrelada à remuneração entre 103% e 108% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. De acordo com a legislação do Distrito Federal, a Companhia está obrigada a manter as suas aplicações financeiras somente no BRB.

4 - Concessionários e permissionários

		31/12/2022	31/12/2021
Neoenergia Distribuição S.A	(a)	21.795	20.133
Câmara de comercialização de energia elétrica	(b)	817	1.040
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa – PECLD	(b)	(60)	(104)
Total		**22.552**	**21.069**

a) Neoenergia Distribuição S/A: Refere-se ao faturamento do mês de dezembro de 2022, que foi recebido nos dias 3, 13 e 23 do mês subsequente ao da venda de energia.

b) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica: O montante de R$757 mil, líquida da provisão de perda, refere-se à estimativa de liquidação positiva a receber da CCEE para o mês de dezembro/2022.

5 - Caução em garantia CCEE

O saldo de R$1.175 mil em 31 de dezembro de 2022 (R$748 mil em 31/12/2021) representa a garantia financeira depositada pela Companhia em conta bancária específica determinada pela CCEE para realização da liquidação financeira do Mercado de Curto Prazo. Esse montante permanece aplicado, com remuneração atrelada ao CDI, até que a Companhia liquide a compra de energia no referido Mercado, quando aplicável.

6 - Dividendos e Juros sobre capital próprio a receber

		31/12/2021	Adições	Recebimentos	31/12/2022
Juros sobre Capital Próprio Ações Ordinárias – 2021	(a)	2.756	-	(2.756)	-
Juros sobre Capital Próprio Ações Preferenciais – 2021	(a)	74	-	(74)	-
Dividendos Adicionais Propostos - Ações Ordinárias – 2021	(b)	-	1.593	(1.593)	-
Dividendos Adicionais Propostos - Ações Preferenciais – 2021	(b)	-	15	(15)	-
Juros sobre Capital Próprio Ações Ordinárias – 2022	(c)	-	7.959	-	7.959
Juros sobre Capital Próprio Ações Preferenciais – 2022	(c)	-	144	-	144
Totais		**2.830**	**9.711**	**(4.438)**	**8.103**

a) Juros sobre Capital Próprio – 2021: No mês de dezembro de 2021 a coligada informou a distribuição de Juros sobre capital próprio no valor de R$2.830 mil, líquido do IRRF (imposto de renda retido na fonte), para a CEB Lajeado, sendo que, deste montante, R$2.756 mil são referentes às ações ordinárias e R$74 mil de ações preferenciais classes "A e B". Eles foram devidamente recebidos no 3º trimestre de 2022.

b) Dividendos adicionais propostos – 2021: O valor de dividendos adicionais propostos foi informado na reunião de diretoria da Investco, realizada no mês de fevereiro/2022, no qual aprovou as suas Demonstrações Financeiras do ano de 2021, cabendo à Companhia o montante de R$1.608 mil, sendo R$1.592 mil referentes as ações ordinárias e PNR e R$16 mil das ações preferencias de classe "A e B" que foram apropriados pela CEB Lajeado no primeiro trimestre de 2022. Eles foram devidamente recebidos no 3º trimestre de 2022.

c) Juros sobre Capital Próprio – 2022: Por fim, em dezembro de 2022 a coligada informou a distribuição de juros sobre capital próprio relativo à apuração de resultado 2022 no montante de R$8.103 mil líquido do IRRF, sendo que deste saldo, R$7.959 mil são referentes às ações ordinárias e preferenciais de classe "R" e R$144 mil de ações preferenciais de classe "A e B".

7 - Repactuação do risco hidrológico

O valor de R$7.588 mil em 31 de dezembro de 2022 (R$8.802 mil – 31/12/2021), sendo R$ 1.214 mil no Ativo circulante e R$6.374 mil no Ativo não circulante, é decorrente do crédito instituído pela Resolução ANEEL nº 684, de 11 de dezembro de 2015, que regulamentou a Lei 13.203, de 08 de dezembro de 2015, para compensação do prêmio de seguro a pagar pelos agentes de mercado em função da Repactuação do Risco Hidrológico. O saldo foi apurado de acordo com o Anexo II da Referida resolução da ANEEL e a CEB Lajeado deixará de pagar o encargo do seguro até 1º de abril de 2029, sendo que o crédito apurado está sendo amortizado no resultado linearmente até esta data. No exercício de 2022 a Companhia amortizou o valor de R$1.214 mil (Nota explicativa 20 c).

8 - Outros créditos

		31/12/2022	31/12/2021
Depósitos judiciais	(a)	2.793	2.481
Pesquisa e Desenvolvimento P&D	(b)	767	102
Adiantamento a empregado/diretores		46	16
Total		**3.606**	**2.599**
Circulante		**813**	**118**
Não circulante		**2.793**	**2.481**

a) Depósitos judiciais: O saldo de R$2.793 mil é composto por 19 (dezenove) processos judiciais tributários em ações movidas contra a Fazenda Nacional que tramitam no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1). A Companhia pleiteia o reconhecimento judicial dos créditos tributários informados no Pedido Eletrônico de Restituição e Ressarcimento (Per/Dcomp).

b) Pesquisa e Desenvolvimento - P&D: O saldo em R$767 mil refere-se ao desembolso com o projeto em desenvolvimento de P&D "*Smart Meters Modulares*", conforme apresentado na nota explicativa 1.4, que será deduzido da obrigação a pagar registrada no Passivo quando ocorrer a prestação de contas dos gastos, conforme assim determina a ANEEL.

9 - Títulos a receber – Investco S.A.

O saldo de R$1.696 mil em 31 de dezembro de 2022 (R$1.582 mil – 31/12/2021) corresponde ao direito de recebimento do dividendo anual fixo, cumulativo, apurado à base de 3% sobre o valor das ações preferenciais classes "A" e "B" de emissão da coligada Investco, trazidos a valor presente na data do Balanço Patrimonial, conforme regulamentado pelo artigo 8º do Estatuto Social daquela investida.

Pelo fato de constituir um ativo estatutário da CEB Lajeado oriundo de sua participação na Investco, essas ações, inconversíveis em ordinárias e sem direito a voto nas Assembleias Gerais, foram classificadas como um instrumento financeiro recebível conforme determina o parágrafo 19 da NBC TG 39 (R5).

A estimativa de valor justo desse ativo foi efetuada considerando-se as condições acima descritas para pagamento dos dividendos anuais até 2032 e trazido a valor presente a uma taxa de desconto de 8,70% a.a., conforme quadro a seguir:

	31/12//2022	31/12/2021
Títulos a receber – Investco	2.460	2.460
(-) Ajuste a valor presente	(1.392)	(1.477)
Total (a)	**1.068**	**983**
Juros Ações Classe A e B - Preferencias Investco	864	878
(-) Ajuste a valor presente	(236)	(279)
Total (b)	**628**	**599**
Total (a+b)	**1.696**	**1.582**

10 - Investimentos – Participações societárias

A CEB Lajeado possui participação de 20% nas ações ordinárias na empresa Investco S.A. (somado a participação nas ações preferenciais o total é de 16,98%) e, consequentemente, tem o direito de indicação de um Conselheiro e um Diretor naquela Companhia, sendo, portanto, classificada como coligada pela influência que exerce sobre a investida.

Nessas condições, considerando ser um investimento relevante, este é avaliado pelo método de equivalência patrimonial proporcional a participação da CEB Lajeado no Patrimônio líquido da Investco, apurado em 31 de dezembro de 2022. Além da participação nas ações ordinárias, a Companhia também participa na Investco com 20% das Ações preferenciais classe "R", 20% das ações preferenciais classe "B" e 6,02% das ações preferenciais classe "A".

O capital social da Investco é de R$804.459 mil, totalmente subscrito e dividido em 786.406.270 ações nominativas sem valor nominal. A segregação das ações por classe e a respectiva participação da CEB Lajeado podem ser assim demonstradas:

	Quantidade de Ações Investco	% CEB Lajeado	Quantidade Ações CEB Lajeado
Ações ordinárias	402.202	20,00%	80.440
Ações preferenciais classe "R"	255.560	20,00%	51.112
Ações preferenciais classe "C"	107.199	0,00%	-
Ações preferenciais classe "B"	5.156	20,00%	1.031
Ações preferenciais classe "A"	16.289	6,02%	980
Total	**786.406**	**16,98%**	**133.563**

Cada ação ordinária detida pela CEB Lajeado lhe assegura o direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. As ações preferenciais, conforme já mencionado anteriormente, são inconversíveis em ações ordinárias e não terão direito a voto nas Assembleias Gerais. As ações preferenciais gozam dos seguintes direitos:

- Ações preferenciais classe "R": recebimento de um dividendo anual fixo, não cumulativo, de 1% (um por cento) sobre o valor da sua respectiva participação no capital social;
- Ações preferenciais classe "C": recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% (três por cento) sobre o valor de sua respectiva participação no capital social;
- Ações preferenciais classe "B": recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% (três por cento) sobre o valor de sua respectiva participação no capital social;
- Ações preferenciais classe "A": recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% (três por cento) sobre o valor de sua respectiva participação no capital social, sem prejuízo do disposto no artigo 9º do Estatuto da Companhia; e
- Prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de liquidação da sociedade e, depois de reembolsadas as ações ordinárias, participação igualitária com essas últimas no rateio do excesso do patrimônio líquido que se verificar.

As ações preferenciais de classes "A" e "B" detidas pelas CEB Lajeado são consideradas ativos financeiros e, consequentemente, não são reconhecidas como investimentos, sendo registradas no ativo na rubrica de "Títulos a receber – Investco S.A." (Nota explicativa 10). Os principais números da Investco em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 são apresentados a seguir:

a) Balanço Patrimonial - Investco

	31/12/2022	31/12/2021
Total Ativo Circulante	287.210	156.609
Ativo não Circulante	982.459	1.001.692
Outros Créditos	2.330	1.804
Imobilizado	953.300	983.192
Intangível	26.829	16.696
Total do Ativo	**1.269.669**	**1.158.301**
Passivo Circulante	95.880	46.956
Passivo não Circulante	205.434	198.668
Patrimônio Líquido	857.999	885.101
Resultado do período	110.356	27.576
Total do Passivo + Patrimônio Líquido	**1.269.669**	**1.158.301**

A Companhia não identificou indicadores que possam reduzir o valor recuperável de seu investimento na Investco, bem como do ágio relacionado a este ativo (Nota explicativa 10 e 11) em 31 de dezembro de 2022. A CEB Lajeado faz anualmente uma avaliação do valor do investimento com o objetivo de verificar a necessidade de eventual provisão para impairment. A Demonstração do Resultado da Investco para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é apresentada a seguir:

b) Demonstração de Resultados - DRE

	31/12/2022	31/12/2021
Receita Liquida	**220.982**	**126.818**
(-) Custo de Operação	(61.160)	(60.070)
(=) Lucro Bruto	**159.822**	**66.748**
(+/-) Despesas e receitas Operacionais	(10.326)	(9.462)
(+/-) Resultado Financeiro Líquido	(8.013)	(25.013)
(=) Resultado antes dos tributos	**141.483**	**32.273**
(+/-) IR e CS correntes e diferidos	(31.127)	(4.697)
Lucro Líquido	**110.356**	**27.576**

O resultado maior na Coligada Investco em 2022 em R$110.356 mil (R$27.576 mil, em 2021) se deve a elevação da receita de arrendamento, conforme será detalhado a seguir:

A Usina tem potência instalada de 902,5 MW, distribuída em cinco unidades geradoras com potência de 180,5 MW cada, porém a companhia não é titular exclusiva do Contrato de Concessão, sendo titular de 1%. A Investco tem contrato de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as demais concessionárias, nos termos do qual o arrendamento é proporcional à participação das concessionárias no Contrato de Concessão.

Assim, esta investida tem duas fontes de receita: o próprio arrendamento dos ativos da UHE Lajeado e a venda de 1% da energia elétrica gerada por esta. A energia elétrica gerada pela UHE Lajeado é utilizada e comercializada pelos respectivos titulares da concessão compartilhada da usina, na condição de "Produtor Independente", na proporção da participação de cada um deles na concessão, nos termos do Contrato de Concessão.

O contrato de arrendamento objetiva assegurar à Investco receita suficiente para garantir o seu funcionamento nas melhores condições até o final da concessão. O cálculo do contrato de arrendamento é baseado na remuneração de 8,83% ao ano corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA sobre 99% do valor do ativo imobilizado líquido, acrescido da depreciação acumulada, sendo que todos os valores utilizados no cálculo são projetados.

Decorrido o período, anualmente, aplica-se o Coeficiente de Ajuste - CA, cujo objetivo é calcular os valores reais, identificando a diferença entre os valores cobrados anteriormente, e ajustada a diferença a maior ou a menor na projeção do ano seguinte.

O quadro a seguir apresenta o valor anual do arrendamento nos últimos dois anos e para o ano de 2022:

Arrendamento	2020	2021	2022
Valor anual do Arrendamento	152.373	130.070	231.881
CEB Lajeado (cota)	**30.475**	**26.014**	**46.376**

Apesar da inflação do ano de 2022 (data-base do reajuste) ter sido de somente 7,16%, o arrendamento em 2022, quando comparado ao de 2021 foi reajustado em aproximadamente 78%, equivalente a um montante de R$101.811 mil.

Este impacto se deu pelos seguintes motivos:

i) Na apuração do arrendamento de 2021, foi considerada uma projeção de inflação de 3,01% para o período de Out/20 a Set/21, todavia, a inflação real foi 10,24%, sendo que a diferença não considerada na estimativa foi ajustada em 2022, gerando um impacto de R$59 milhões;

ii) Por outro lado, arrendamento de 2021 foi reduzido por ajuste negativo de R$31 milhões também por variações entre inflação estimada considerada no cálculo do período anterior com a inflação efetiva, apurada posteriormente, neste caso tendo sido a inflação projetada maior que a inflação registrada.

Este aumento no arrendamento ocasionou um aumento dos custos operacionais da Companhia em 2022, que é compensado, em parte, por um maior resultado de equivalência patrimonial, em função do resultado maior da Investco em 2022 decorrente da elevação das suas receitas.

A movimentação do investimento na Investco entre os períodos de 2021 e 2022 é detalhado abaixo.

Saldo em 31 de dezembro de 2020	**181.860**
Equivalência patrimonial	5.515
Dividendos recebidos de ações ordinárias	(1.639)
JSCP creditados de ações ordinárias	(3.255)
Outros resultados abrangentes	54
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**182.535**
Equivalência patrimonial	22.071
Dividendos recebidos de ações ordinárias	(1.593)
JSCP creditados de ações ordinárias	(9.388)
Outros resultados abrangentes	46
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**193.671**

As demonstrações financeiras da Investco para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram revisadas por outros auditores independentes que emitiram uma Opinião sem ressalva datada em 27 de fevereiro de 2023.

11 – Intangível

O intangível da Companhia é composto pelo ágio das ações da Eletrobras, somado a repactuação do risco hidrológico, conforme previsto na Lei nº 14.052/2020, sendo assim a movimentação do intangível pode ser assim demonstrada:

	Ágio das Ações da Eletrobras (a)	Repactuação do Risco Hidrológico (b)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**70.643**	-	**70.643**
(-) Amortização	(5.887)	-	(5.887)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**64.756**	-	**64.756**
(+) Adições	-	51.628	51.628
(-) Amortização	(4.738)	(3.778)	(8.516)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**60.018**	**47.850**	**107.868**

a) Ágio das Ações da Eletrobras

Refere-se ao ágio gerado na operação de reestruturação societária ocorrida na Companhia nos anos de 2005 e 2006, quando foram adquiridos da Eletrobrás 46.890.423 ações preferenciais classe "R" da Investco, representativas de 7,50% do capital total da investida. O valor negociado foi de R$213.452 mil, pagos à Eletrobrás da seguinte forma:

- 54.835.800 ações preferenciais da própria CEB Lajeado, emitidas ao preço de R$1,134788 por ação, totalizando R$62.227 mil, representando 40,07% do capital social da Companhia; e
- 10.000 (dez mil) partes beneficiárias ao valor de R$151.225 mil, registrado como reserva de capital na CEB Lajeado, que assegurarão à Eletrobrás uma participação de 10% nos lucros da Companhia e deverão ser conversíveis em ações preferenciais em 31 de outubro de 2032.

Dessa forma, do montante pago pelas ações de R$213.452 mil, R$54.506 mil representavam o valor patrimonial das ações na Investco em 30 de novembro de 2005, data da última correção da dívida e, consequentemente, reconhecidos como investimento na CEB Lajeado. Classificado como intangível, a diferença entre o valor pago e o valor patrimonial resultou em um ágio de R$158.946 mil que, a partir de janeiro de 2006, está sendo amortizado mensalmente, com prazo final em agosto de 2035, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Ágio	158.946	158.946
Amortização acumulada	(98.928)	(94.190)
Saldo líquido	**60.018**	**64.756**

b) Repactuação do Risco Hidrológico – Lei nº 14.052/2020

Conforme descrito na nota 1.5, a CEB Lajeado obteve a extensão da Concessão em 980 dias, praticamente três anos, sendo que o término passou do dia 15 de janeiro de 2033 para 22 de setembro de 2035.

Considerando a inovação trazida pela repactuação do risco hidrológico, a Administração da Companhia exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil, conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Considerando que a compensação aos geradores hidroelétricos de custos adicionais pagos no âmbito do MRE ocorreu por meio da extensão do prazo de concessão das outorgas de geração, um ativo intangível de R$51.628 mil foi apurado e reconhecido em contrapartida ao resultado do exercícios na rubrica de "Ganho com repactuação do risco Hidrológico".

O ativo intangível foi reconhecido após a aprovação pela Administração da nova política contábil em 2022, bem como da apuração dos ganhos estimados que a Companhia irá auferir no período adicional de concessão, considerando premissas utilizadas pela CCEE para reembolso aos agentes de mercado dos gastos adicionais pagos no passado, sendo que a CCEE se baseou em projeções de receitas, custos e despesas para o período 15 de janeiro de 2033 a 22 de setembro de 2035, bem como a taxa de desconto destes fluxos futuros para determinação do valor justo deste ativo para a presente data.

Sendo assim, a Companhia reconheceu no 1º semestre de 2022 um ativo intangível que equivale a extensão de 2 anos e 8 meses em seu prazo de concessão, no valor de R$51.628 mil, posicionados em 01 de janeiro de 2022, em contrapartida um ganho no resultado do exercício.

Este ativo é amortizado pelo método linear até o prazo final do prazo de concessão, sendo que a amortização do ano 2022 foi de R$3.778 mil.

	31/12/2022	31/12/2021
Repactuação do Risco Hidrológico – Lei nº 14.052/2020	51.628	-
Amortização acumulada	(3.778)	-
Saldo líquido	**47.850**	**-**

Apesar do saldo líquido do ativo em R$47.850 mil, o impacto líquido deste assunto no resultado de 2022 é apresentado a seguir:

Repactuação do Risco Hidrológico	Dezembro/2022
Ativo Intangível - GSF	51.628
Amortização	(3.778)
Valor líquido	**47.850**
IR e CS Diferidos	(16.269)
Subtotal 1	**31.581**
Partes Beneficiárias	(3.158)
Impacto líquido	**28.423**

12 - Contas a pagar

O saldo de contas a pagar está apresentado pelos valores conhecidos ou estimáveis até a data do balanço, acrescido da variação monetária, quando aplicável.

		31/12/2022	31/12/2021
Energia comprada - CCEE	(a)	211	67
Arrendamento - Investco S.A.	(b)	3.864	2.168
Encargos de uso do sistema de transmissão - CUST	(c)	1.630	1.454
Fornecedores de serviços		22	36
Total		**5.727**	**3.725**

a) Energia Comprada - CCEE: O valor de R$211 mil, refere-se à liquidação do custo de compra de energia da competência de novembro/2022, que será paga pela Companhia em janeiro/2023.

b) Arrendamento – Investco S.A.: Refere-se ao arrendamento a pagar à Investco pela utilização do seu ativo imobilizado para geração de energia comercializada pela CEB Lajeado.

c) Encargos de uso do sistema de transmissão - CUST: Referem-se aos custos dos serviços prestados de transmissão de energia elétrica, cujo controle e coordenação são efetuados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS.

13 - Salários e encargos sociais

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão de Férias	143	146
Tributos Sobre Folha	191	143
Consignações em Favor de Terceiros	114	40
Pessoal Cedido CEB IPES	37	32
Total	**485**	**361**

Os saldos de salários e encargos referem-se aos montantes de provisão de gratificação de férias, provisão de 13º salário, provisão de tributos sobre a folha de pagamento e reembolso a entidade de previdência privada e de saúde, além do ressarcimento a CEB IPES pela requisição de empregados cedidos.

14 - Obrigações tributárias

		31/12/2022	31/12/2021
IRPJ e CSLL Corrente	(a)	35.724	29.503
IRPJ e CSLL Estimativa Mensal		1.314	1.000
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(b)	2.952	2.042
IRPJ e CSLL Diferidos	(d)	16.527	318
PIS a recolher	(c)	621	393
COFINS a recolher	(c)	3.181	1.953
Outros tributos a recolher		6	6
Total		**60.325**	**35.215**
Circulante		**43.798**	**34.897**
Não Circulante		**16.527**	**318**

a) IRPJ e CSLL Correntes: A Companhia adota a sistemática de recolhimento do IRPJ e da CSLL mensalmente por estimativa mensal, sendo que, ao final do exercício, há um montante relevante a pagar já que as estimativas mensais são inferiores aos resultados efetivos apurados pela Companhia. O montante apresentado já está deduzido das antecipações realizadas mensalmente durante o ano (estimativas mensais, retenções sobre Juros sobre capital próprio e retenções sobre aplicações financeiras).

b) IRRF Sobre JSCP: Este montante refere-se à retenção de Imposto de renda sobre o pagamento de juros sobre capital próprio aos acionistas CEB e Eletrobras, no montante de R$19.678 mil, ocorridos em dezembro/2022.

c) Pis e Cofins a recolher: Esta obrigação é referente ao faturamento mensal do mês de dezembro/2022, considerando a tributação de totais as receitas (venda de energia e ganhos financeiros), depois de compensados os principais créditos com as operações de energia e arrendamento.

d) IRPJ e CSLL diferidos: Em relação ao montante diferido de R$16.727 mil constantes no passivo não circulante (IRPJ/CSLL) é detalhado na nota explicativa nº 23.2 item “b”.

15 - Obrigações com acionistas

A distribuição financeira que será realizada pela CEB Lajeado aos seus acionistas referentes aos dividendos e juros sobre capital próprio, está demonstrada no quadro a seguir:

		31/12/2021	Adições	Pagamentos	31/12/2022
Companhia Energética de Brasília - CEB					
Juros sobre Capital Próprio - 2021	**(a)**	6.472	-	(6.472)	-
Dividendos Mínimos Obrigatórios 2021	**(b)**	4.119	-	(4.119)	-
Dividendos Adicionais Propostos 2021	**(c)**	-	30.630	(30.630)	-
Juros sobre Capital Próprio - 2022	**(d)**	-	9.354	-	9.354
Dividendos Mínimos Obrigatórios 2022	**(e)**	-	10.175	-	10.175
Subtotal		**10.591**	**50.159**	**(41.221)**	**19.529**
Eletrobrás					
Juros sobre Capital Próprio - 2021	**(a)**	5.101	-	(5.101)	-
Dividendos Mínimos Obrigatórios 2021	**(b)**	3.247	-	(3.247)	-
Dividendos Adicionais Propostos 2021	**(c)**	-	24.142	(24.142)	-
Juros sobre Capital Próprio - 2022	**(d)**	-	7.373	-	7.373
Dividendos Mínimos Obrigatórios 2022	**(e)**	-	8.020	-	8.020
Partes Beneficiárias	**(f)**	8.860	16.023	(8.860)	16.023
Subtotal		**17.208**	**55.558**	**(41.350)**	**31.416**
Total		**27.799**	**105.717**	**(82.571)**	**50.945**

a) Juros Sobre Capital Próprio 2021: Os juros sobre capital próprio - JSCP foram calculados conforme a legislação vigente, tendo sido encaminhados através da Resolução da Diretoria nº 042/2021 e posteriormente aprovados por meio da ata nº 191ª (Centésima Nonagésima Primeira) do Conselho de Administração realizada em 16/12/2022 , no montante de R$13.615 mil, sendo de R$6.472 mil para a CEB Holding e R$5.101 mil para a Eletrobrás, já líquidos do imposto de renda retido na importância de R$2.042 mil. Eles foram integralmente pagos aos acionistas em 2022.

b) Dividendos Mínimos Obrigatórios 2021: Apurado conforme artigo 42, item III do Estatuto Social da Companhia onde determina a distribuição mínima de 25% de dividendos mínimos obrigatórios. O valor do JSCP foi inferior ao montante do dividendo mínimo obrigatório, sendo assim, foi necessária a complementação para incluir uma provisão de R$ 7.366 mil, sendo R$4.119 mil ao acionista CEB Holding (ON) e R$3.247 mil ao acionista (PN) Eletrobrás. Eles foram integralmente pagos aos acionistas em 2022.

c) Dividendos Adicionais Propostos 2021: No dia 25 de abril de 2022 foram aprovados por meio da 22ª (Vigésima Segunda) Assembleia Geral Ordinária os pagamentos de R$54.772 mil referentes aos dividendos adicionais propostos do exercício de 2021, cabendo ao acionista CEB Holding (ON) R$30.630 mil e R$24.142 mil ao acionista Eletrobrás (PN). Eles foram integralmente pagos aos acionistas em 2022.

d) Juros Sobre Capital Próprio 2022: Os juros sobre capital próprio - JSCP foram calculados conforme a legislação vigente, tendo sido encaminhados através da Resolução da Diretoria nº 062/2022 e posteriormente aprovados por meio da ata nº 203ª (Ducentésima Terceira) do Conselho de Administração realizada em 22/12/2022 no montante de R$19.679 mil, sendo de R$9.354 mil para a CEB Holding e R$7.373 mil para a Eletrobrás, já líquidos do imposto de renda retido na importância de R$2.952 mil.

e) Dividendos Mínimos Obrigatórios 2022: Apurado conforme artigo 42, item III do Estatuto Social da Companhia onde determina a distribuição mínima de 25% de dividendos mínimos obrigatórios. O valor do JSCP foi inferior ao montante do dividendo mínimo obrigatório, sendo assim, é necessária a complementação para incluir uma provisão de R$ 18.195 mil, sendo R$10.175 mil ao acionista CEB Holding (ON) e R$8.020 mil ao acionista (PN) Eletrobrás. O pagamento do dividendo mínimo obrigatório está condicionado a aprovação da Assembleia Geral de Acionistas da CEB Lajeado prevista para o mês de abril/2022.

f) Partes Beneficiárias: As partes beneficiárias conferem a seu titular, a Eletrobrás, o direito de crédito eventual contra a Companhia, no montante equivalente a 10% do lucro líquido do exercício apurado, observando-se o disposto na Lei 6.404/76. No primeiro semestre de 2022 foi paga a importância de R$8.860 mil, relativa ao exercício de 2021. Em 2022 a Companhia registrou uma provisão de R$16.023 mil, que foi calculada tendo como base o resultado depois do IRPJ/CSLL.

16 - Pesquisa e desenvolvimento

	31/12/2022	31/12/2021
Fundo Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico	156	167
Ministério das Minas e Energia	78	84
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	47	50
Recursos em poder da empresa	2.307	1.483
Total	**2.588**	**1.784**

17 - Outras obrigações

	31/12/2022	31/12/2021
Taxa de fiscalização ANEEL	51	49
Compensação financeira utilização recursos hídricos	990	1.055
Outros	2	-
Total	**1.043**	**1.104**

18 - Patrimônio líquido

18.1 - Capital social

O capital social da CEB Lajeado é de R$112.284 mil em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, totalmente subscrito e integralizado, representado por 136.850.013 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 82.013.911 ações ordinárias e 54.836.102 ações preferenciais, divididas da seguinte forma:

Acionistas	Ações ordinárias		Ações preferenciais		Total de Ações	PL - Capital	Participação
	Quantidade (ON)	%	Quantidade (PN)	%	Quantidade ON e PN	Capital Subscrito - R$	%
CEB Holding	82.013.911	100	-	-	82.013.911	67.291.552	59,93
Eletrobrás	-	-	54.835.800	100	54.835.800	44.992.198	40,07
Amadeu Zamboni	-	-	300	-	300	247	-
Sergio Feijão Filho	-	-	2	-	2	1	-
Total	**82.013.911**	**100**	**54.836.102**	**100**	**136.850.013**	**112.283.998**	**100**

Os acionistas têm direito aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido, na forma da Lei 6.404/76, podendo a ele ser imputado o valor dos juros sobre capital próprio - JSCP pagos ou creditados, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei n° 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e regulamentação posterior.

O Acordo de Acionistas celebrado entre CEB Holding e Eletrobrás prevê:

a) Distribuição integral dos lucros apurados na forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio;

b) Garantia de rendimento à Eletrobrás equivalente a 49,67% do lucro de cada exercício, composto pelos dividendos das ações preferenciais, das partes beneficiárias e reservas constituídas, exceto a de investimentos;

c) As ações preferenciais gozarão do direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial, 10% (dez por cento) superior ao atribuído a cada ação ordinária.

Os lucros líquidos apurados em cada exercício serão destinados sucessivamente e nesta ordem, observado o disposto no art. 202, incisos I, II e III da Lei nº 6.404/76, da seguinte forma:

a) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, para constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social;

b) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reservas para contingências, na forma prevista no art. 195 da Lei nº 6.404, de 1976;

c) serão destinados ao pagamento de dividendos às ações ordinárias e preferenciais, observado o disposto no art. 5º, Parágrafo 2º, do estatuto, 25% dos lucros líquidos, diminuídos ou acrescidos dos seguintes valores: (a) importância destinada à constituição da reserva legal; (b) importância destinada à formação da reserva para contingências e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores;

d) importância decorrente da reversão da reserva de lucros a realizar formada em exercícios anteriores, nos termos do art. 202, inciso III da Lei nº 6.404/76;

e) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do art. 196 da Lei nº 6.404/76; e

f) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no art. 197 da Lei nº 6.404/76.

18.2 - Reserva de capital

Refere-se ao montante de 10.000 partes beneficiárias pertencentes a Eletrobrás ao valor total de R$151.225, títulos sem valor nominal, estabelecidos pelo estatuto social com base no art. 46 da Lei 6.404/76 e alterações posteriores, que assegurarão à Eletrobrás uma participação de 10% nos lucros da Companhia. O prazo de vigência das partes beneficiárias será até o ano de 2032 (final da concessão), quando então a reserva de capital deverá ser convertida em ações preferenciais, de modo que represente 5,084% do capital social na ocasião.

18.3 - Reserva de lucros

		31/12/2022	31/12/2021
Reserva legal	(a)	22.457	17.937
Dividendos adicionais propostos	(b)	101.814	54.772
Total		**124.271**	**72.709**

a) Reserva legal: A reserva legal é constituída ao final de cada exercício social, conforme art. 193 da Lei 6.404/76 e suas alterações, na base de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, deixando a sua constituição de ser obrigatória quando o valor da reserva exceder a 20% do capital social. Essa reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social.

b) Dividendos adicionais propostos: No exercício de 2021, a administração destinou o valor de R$54.772 mil, que corresponde ao valor dos dividendos adicionais propostos, deduzidos da distribuição de dividendos complementares e dos juros sobre capital próprio. Esse montante foi mantido no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021 de acordo com orientação descrita na ITG 08, uma vez que não houve deliberação quanto a distribuição destes dividendos. Porém, a Assembleia Geral Ordinária realizada em 25 de abril de 2022 aprovou o pagamento dos dividendos e foram classificados no passivo foram pagos no exercício de 2022.

18.4 – Destinação de lucros do exercício 2022

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

(i) 5% serão destinados na constituição da Reserva Legal que não exercerá 20% do Capital Social, cabe ressaltar que neste exercício a Companhia atingiu o máximo permitido na Lei no exercício de 2022, reflexo deste efeito sobre o capital social está sendo provisionado apenas a diferença no montante de R$4.520 mil;

(ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos; e

(iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá destinação determinada pela Assembleia Geral.

Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro ajustado, na forma da lei, podendo ele ser imputado o valor dos Juros sobre o capital próprio – JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

	2022	2021
Lucro líquido do exercício após dedução das Partes Beneficiárias	**144.207**	**79.740**
Reserva legal	(4.520)	(3.987)
Lucro líquido ajustado	**139.687**	**75.753**
Remuneração:		
Juros sobre capital próprio - JSCP	16.727	11.573
Dividendos Mínimos Obrigatórios	18.194	7.366
Total dos 25% - Mínimo Obrigatório	**34.921**	**18.939**
IRRF sobre Juros sobre Capital Próprio	(2.952)	(2.042)
Dividendos Adicionais Propostos	**101.814**	**54.772**
Quantidade de Ações	136.850.013	136.850.013
Remuneração total por ação (ON e PN)	**1,0207**	**0,5535**

Em dezembro de 2022, a Administração destinou o valor de R$101.814 mil para constituição da provisão de dividendos adicionais propostos referentes ao excesso sobre o dividendo mínimo obrigatório declarado ao final de 2022, conforme determina a Lei nº 6.404/76 e de acordo com as normas descritas na ITG 08. Este saldo será submetido à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas que posteriormente decidirá quanto a sua destinação.

18.5 - Ajuste de avaliação patrimonial – Outros resultados abrangentes

Refere-se à contabilização de reserva originária de benefícios pós-emprego relativa a ganhos e perdas atuariais na coligada Investco, sendo que o saldo desta conta em 31 de dezembro de 2022 é de R$128 mil.

19 - Receita operacional líquida

		31/12/2022	31/12/2021
Venda de energia elétrica - Neoenergia S.A	(a)	246.580	205.523
Energia de curto prazo – CCEE	(b)	6.277	67.999
Receita operacional bruta		**252.857**	**273.522**
PIS / COFINS		(24.287)	(25.526)
Pesquisa e Desenvolvimento		(2.226)	(2.408)
Taxa fiscalização Aneel		(611)	(590)
Compensação Financeira utilização recursos hídricos		(4.672)	(4.073)
(-) Deduções da receita		**(31.796)**	**(32.597)**
Receita operacional líquida		**221.061**	**240.925**

a) Venda de energia elétrica - Neoenergia Distribuição S.A.: O aumento da receita deve-se ao reajuste da tarifa pelo IGP-M ocorrido em outubro/2022. O total faturado até o mês de dezembro de 2022 e de 2021 foi de 823.822,5 MWH, conforme (Nota explicativa 1.3).

b) Energia de curto prazo - CCEE e Outras Receitas de Operação - CCEE: As receitas referentes aos valores informados pela CCEE nas apurações do mercado no montante total de R$6.277 mil em 2022 e R$67.999 em 2021, sendo que a redução em 2022 se deve pela sazonalização na geração de energia no âmbito do MCP, redução no preço das liquidações das diferenças e por estratégias adotadas pela comercialização da Companhia.

Em contrapartida, no mesmo período houve um menor custo de compra de energia no âmbito da CCEE, conforme apresentado na nota explicativa a seguir. A receita foi contabilizada com base nas informações oficiais divulgadas pela CCEE. Ambas as linhas devem ser analisadas juntamente com o custo com Energia elétrica comparada para revenda descrito na nota 20 a).

20 - Custos com energia elétrica e operação

		31/12/2022	31/12/2021
Energia elétrica comprada para revenda	(a)	9.349	70.633
Arrendamento Investco S.A.	(b)	42.086	23.608
Custo uso do sistema de transmissão		16.034	14.215
Prêmio de seguro do risco hidrológico	(c)	1.214	1.214
Seguro Repactuação de Risco Hidrológico		101	92
Contribuição compulsória CCEE		72	77
Total		**68.856**	**109.839**

a) Energia elétrica comprada para revenda: O valor se refere à compra de energia no Mercado de Curto Prazo e encargos imputados aos agentes de mercado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Esse custo deve ser analisado conjuntamente com a receita reconhecida, conforme Nota explicativa 19 (b), no mesmo período e os seus devidos tributos. Dessa forma, a exposição líquida da Companhia na CCEE acumulada para exercício de 2022 foi negativa em R$3.072 mil (negativa em R$2.634 mil para o mesmo período de 2021).

b) Arrendamento Investco S.A.: Custo relativo ao arrendamento dos ativos da UHE Luís Eduardo Magalhães pertencentes à Investco, apurado conforme detalhado na nota explicativa 10. O aumento apresentado em 2022 ocorreu pelo ajuste anual do arrendamento, conforme apresentado na referida na nota explicativa.

c) Prêmio de Seguro – Repactuação risco hidrológico: Refere-se à amortização do ressarcimento da energia adquirida em 2015 como um benefício para as empresas que optaram pela repactuação do risco hidrológico. Esse saldo está sendo utilizado para compensação do seguro instituído pela ANELL como parte da transferência do risco após a repactuação, conforme mencionado na Nota explicativa 7.

21 - Despesas gerais e administrativas

		31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	(a)	3.239	2.347
Serviços de terceiros	(b)	2.313	3.927
Aluguel Edifício Sede	(c)	258	95
Material		3	6
Depreciação		100	40
Contribuições e Doações		206	164
Outras Despesas		105	53
Total		**6.224**	**6.632**

a) Pessoal: O resultado de gastos com pessoal obteve uma elevação superior em relação ao mesmo período de 2021, em decorrência do reajuste salarial de 12,01% concedido aos servidores da Companhia no mês de Março/2022, além da entrada na folha de pagamento de quatro novos Conselheiros de Administração, conforme previsto no estatuto social e em consideração a emenda à Lei Orgânica nº 124.

b) Serviço de terceiros: A variação na conta de serviços de terceiros apurada em 2022 se deve pela redução com a cobertura de despesas médicas e hospitalares, que foi majorada em 2021 por coberturas extraordinárias de despesas envolvendo a massa de colaboradores da Companhia.

c) Aluguel Sede: A Despesa de Aluguel refere-se ao desembolso realizado para que seja mantido a estrutura administrativa da Companhia. O aumento ocorreu pelo fato de contemplar o período 12 meses em 2022, na nova sede da Companhia.

22 - Resultado financeiro

		31/12/2022	31/12/2021
Despesas financeiras			
Variação monetária - P&D	(a)	(201)	(274)
Tarifas Bancárias		(36)	(34)
Ajuste a Valor Presente		(78)	(102)
Variação monetária sobre operações no MCP		(131)	-
Despesa de Pis e Cofins	(b)	(845)	(210)
Outras despesas financeiras		(178)	(44)
Subtotal		**(1.338)**	**(664)**
Receita financeiras			
Receita sobre aplicação financeira	(c)	18.171	4.192
Ajuste a Valor Presente		193	144
JSCP/Dividendos Ações Preferenciais Investco	(d)	145	74
Variação Monetária		7	318
Outras receitas financeiras		18	24
Subtotal		**18.534**	**4.752**
Resultado financeiro líquido		**17.196**	**4.088**

a) Variação Monetária – P&D: Representa a atualização pela SELIC dos recursos destinados ao P&D em poder da Companhia, conforme o manual e a legislação específica.

b) Despesa de Pis e Cofins: O montante de R$845 mil como despesa financeira refere-se à tributação sobre os ganhos com receita financeira sobre aplicações, as quais tiveram uma considerável alta para o período.

c) Receita sobre aplicação financeira: Receita apurada pela aplicação do excedente de disponibilidade financeira da Companhia, conforme nota explicativa nº 3. O aumento se deve pelo incremento da taxa básica de juros no Brasil e por um maior volume de recursos aplicados em relação ao mesmo período do ano anterior.

d) JSCP/Dividendos: A remuneração de R$145 mil refere-se ao dividendo fixo anual recebido da Coligada Investco pelas ações preferenciais de classes "A e B". Conforme participação acionária no capital social.

23 - Imposto de renda e contribuição social

23.1 – Imposto de renda e contribuição social correntes

A reconciliação da apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social para o exercício findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é assim demonstrada:

Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	31/12/2022		31/12//2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes do IRPJ e CSLL	**228.324**	**228.324**	**129.053**	**129.053**
Adições permanentes				
Amortização Ágio Eletrobras	4.738	4.738	5.887	5.887
Amortização Repactuação do Risco Hidrológico - (GSF)	3.778	3.778	-	-
Benefícios Concedidos à Administradores	334	334	137	137
Pis e Cofins - Receita Financeira - (Liminar)	845	845	210	210
AVP Ágio Ações Preferencias (Classes "A e B"))	78	78	102	102
JSCP Ações Classes "ON e R"	9.389	9.389	3.256	3.256
JSCP Ações Classes "A e B"	145	145	74	74
Demais Adições	36	36	35	35
Total	**19.342**	**19.342**	**9.701**	**9.701**

Exclusões permanentes				
Resultado equivalência patrimonial	(22.071)	(22.071)	(5.515)	(5.515)
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(45)	(45)	-	-
JSCP Creditados no Exercício – Acionistas (ON e PN)	(19.679)	(19.679)	(13.614)	(13.614)
Receita de dividendos Ações Classes “A e B”	(15)	(15)	(20)	(20)
AVP ações preferenciais (Classes "A e B”)	(192)	(192)	(144)	(144)
Total	**(42.003)**	**(42.003)**	**(19.293)**	**(19.293)**
Adições temporárias				
Provisão MCP-CCEE	(217)	(217)	(63)	(63)
Total	**(217)**	**(217)**	**(63)**	**(63)**
Exclusões temporárias				
Provisão MCP-CCEE	(757)	(757)	(937)	(937)
Repactuação Risco Hidrológico – Lei 14.052/2020	(51.628)	(51.628)	-	-
Total	**(52.385)**	**(52.385)**	**(937)**	**(937)**
Incentivos/Doações				
Lei nº 11.438/2006 (Incentivo ao Esporte)	**199**	**199**	**158**	**158**
(=) Base de cálculo IRPJ e CSLL corrente	**153.260**	**153.260**	**118.619**	**118.619**
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Adicional (lucro superior a R$ 240 mil no período)	10%	-	10%	-
Despesa IRPJ e CSLL	**38.092**	**13.793**	**29.473**	**10.676**
IRPJ e CSLL correntes		**(51.885)**		**(40.148)**

A Companhia registrou um montante superior de despesa com IRPJ e CSLL corrente no exercício de 2022 em relação a 2021, com aumento significativo da Base de cálculo do imposto corrente (R$153.260 mil em 2022 e R$118.619mil em 2021).

A elevação da base de cálculo foi motivada por uma melhoria no resultado operacional, com aumento de receitas e estabilidade dos custos. pela redução dos custos com energia na CCEE. Por outro lado, o ganho decorrente da repactuação do risco hidrológico, conforme a Lei nº 14.052/2020 em que o montante de R$51.628 mil é excluído da base de cálculo, conforme detalhado na nota nº 23.2, que trata do diferimento do IRPJ e CSLL para o período.

23.2 – Imposto de renda e contribuição social diferidos

O detalhamento da provisão de tributos diferidos em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, bem como o resultado apropriado no resultado dos anos de 2022 e 2021, são assim apresentados:

Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos		31/12/2022		31/12/2021	
		Base de cálculo	IR e CS Diferidos 34%	Base de cálculo	IR e CS Diferidos 34%
Repactuação do Risco Hidrológico	(a)	51.628	17.554	-	-
Amortização Risco Hidrológico	(a)	(3.778)	(1.284)	-	-
Subtotal 1		**47.850**	**16.270**	**-**	**-**
Reversão Estimativa MCP dezembro/21	(b)	(936)	(318)	-	-
Estimativa MCP dezembro/22	(b)	756	257	-	-
Reversão Estimativa MCP dezembro/20	(b)	-	-	38	13
Estimativa MCP dezembro/21	(b)	-	-	(936)	(318)
Subtotal 2		**(180)**	**(61)**	**(898)**	**(305)**
Total de IRPJ e CSLL Diferidos - Resultado		**47.670**	**16.209**	**(898)**	**(305)**

a) O total diferido de R$16.270 é referente a exclusão temporária da receita reconhecida com o ativo intangível diante da Repactuação do Risco Hidrológico (vide nota explicativa 11 b). Este valor já está líquido do diferimento de IRPJ e CSLL sendo já calculado a amortização do pela qual é adicionada e excluída mensalmente.

b) Refere-se ao total diferido da Estimativa para o resultado do MCP. Este saldo é adicionado/excluído da base de cálculo do IR e CS diferidos no momento da contabilização da estimativa e assim que publicado o Sumário pela CCEE o valor da estimativa é adicionado/excluído da base de cálculo.

O saldo de Tributos Diferidos no montante de R$16.527 mil no Passivo Exigível a Longo Prazo, em 31 de dezembro de 2022 é composto pelo saldo da diferença entre de tributos diferidos passivos sobre o Intangível líquido do diferimento no valor de R$16.270 mil e sobre a estimativa positiva do MCP de dezembro/22, no montante de R$257 mil.

24 – Remuneração dos Administradores

O Conselho de Administração é constituído por sete membros, eleitos pela Assembleia Geral, observadas as condições de elegibilidade e vedações impostas na legislação e na regulação aplicável; dois membros e seus respectivos suplentes, eleitos pelos acionistas detentores da maioria das ações ordinárias da Sociedade, entre eles o Diretor Geral da CEB Lajeado; um membro e seu respectivo suplente, eleitos pelos acionistas detentores da maioria das ações preferenciais da Sociedade; quatro membros e seus respectivos suplentes dos integrantes do Conselho de Administração da Companhia Energética de Brasília – CEB , indicados dentre seus pares.

O Conselho Fiscal, de funcionamento permanente, é constituído por três membros efetivos e igual número de suplentes, residentes no País, eleitos pela Assembleia Geral da CEB Lajeado, que fixa a respectiva remuneração, observando os limites legais.

A Diretoria é composta por três membros, residentes no país, sendo um Diretor Geral, um Diretor Administrativo-Financeiro e um Diretor Técnico, eleitos pelo Conselho de Administração. A remuneração dos membros é fixada pela Assembleia Geral.

O valor total da remuneração paga até o mês dezembro de 2022 foi R$2.549 mil, conforme segue detalhado no quadro abaixo, (1.994 mil, em 31 de dezembro de 2021).

	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Remuneração	327	228	1.153	1.708
Gratificação de férias	-	-	29	29
Gratificação Natalina	-	-	98	98
INSS	65	47	264	376
FGTS	-	-	110	110
Previdência Privada	-	-	63	63
Auxílio Alimentação	-	-	58	58
Seguros	-	-	55	55
Outros	-	-	52	52
Total	**392**	**275**	**1.882**	**2.549**
Número de membros	**7**	**3**	**3**	**13**

25 – Partes relacionadas

	Partes Relacionadas	Período Transação	Ativo	Passivo / PL	Receita / Despesa Resultado
Participação Societária					
a) Título a receber	Investco	21.07.01 a 15.01.33	1.696	-	115
b) Investimento	Investco		193.671	-	22.071
c) Juros s/Capital Próprio	Investco		8.103	-	160
Obrigações c/Acionistas					
d) Dividendos Declarados	CEB Holding	31.12.2022	-	10.175	-
e) Dividendos Declarados	Eletrobras	01.01.06 a 31.12.32	-	8.020	-
f) Juros s/Capital Próprio	CEB Holding	31.12.2022	-	9.354	-
g) Juros s/Capital Próprio	Eletrobras	31.12.2022	-	7.373	-
h) Partes Beneficiárias	Eletrobras	01.01.06 a 31.12.32	-	16.023	(16.023)
Contas a Pagar					
i) Arrendamento	Investco	21.07.01 a 15.01.33	-	3.864	(43.376)
j) Pessoal cedido	CEB IPES	01.01.22 a 31.12.22	-	37	(710)
k) Aluguel Edifício Sede	CEB Holding	01.07.21 a 31.07.26	-	-	(258)
Partes relacionadas					
l) Ágio Eletrobras	Eletrobras	01.01.06 a 22.09.35	60.018	-	(4.738)

a) Títulos a receber: Representam os valores a receber referentes às ações preferenciais classes "A" e "B" de emissão da coligada Investco, ajustados a valores justos e mencionados na nota explicativa 9.

b) Investimento: Representa o saldo do investimento da CEB Lajeado na Investco e a equivalência patrimonial do resultado da investida reconhecida no período, mencionado na nota explicativa 10.

c) Juros Sobre Capital Próprio: Representa o valor da proposição de distribuição de lucros por parte da Investco em aberto em 31 de dezembro de 2021, conforme nota explicativa nº 6.

d) Dividendos Declarados: Representa o valor a ser distribuído a CEB Holding em 31 de dezembro de 2022.

e) Dividendos Declarados: Representa o valor a ser distribuído a Eletrobras em 31 de dezembro de 2022.

f) Juros Sobre Capital Próprio: Representa o valor da proposição de distribuição de lucros por parte da Investco em aberto em 31 de dezembro de 2021, conforme nota explicativa nº 6.

g) Juros Sobre Capital Próprio: Representa o valor da proposição de distribuição de lucros por parte da Investco em aberto em 31 de dezembro de 2021, conforme nota explicativa nº 6.

h) Partes Beneficiárias 2022: Referem-se às partes beneficiárias a pagar ao acionista Eletrobras, conforme nota explicativa nº 15.

i) Arrendamento: Refere-se ao contrato de arrendamento celebrado entre CEB Lajeado e Investco, conforme demonstrado na (nota explicativa 12 b). O quadro apresenta o valor bruto do crédito de Pis e Cofins (9,25%).

j) Pessoal cedido: Representa os valores a pagar referentes aos empregados cedidos da CEB IPES. Os ressarcimentos dos custos dos salários, encargos e benefícios são realizados mensalmente até o final da cessão.

k) Aluguel edifício sede: Referem-se a despesa com ressarcimento de aluguel à CEB Holding referente a área ocupada pela Companhia para acomodação de seu quadro de pessoal.

l) Ágio Eletrobrás: Representa o ágio gerado na operação de reestruturação societária ocorrida no exercício de 2005, detalhado na nota explicativa 11, de acordo com as normas internacionais de contabilidade.

26 – Passivos contingentes

26.1 – Contingências fiscais

Ao final do exercício de 2022, todos os processos foram da Companhia foram ajuizados, este último sob o nº 1005793-48.20222.4.01, perfazendo o valor atualizado de R$311 mil, chama atenção a classificação deste processo como "Provável", motivada por particularidades e divergências na composição do crédito tributário, sendo o mesmo objeto dos demais processos, a competência e anos da origem do crédito ser divergente, por este motivo foi constituída a provisão para contingências no montante informado.

O objeto da discussão destes processos refere-se a créditos tributários compensados por meio de declaração de compensação - PER/DCOMP, os quais não foram homologados pela Receita Federal do Brasil. A CEB Lajeado apresentou recursos administrativos, posteriormente, foram judicializados, com o objetivo de requerer o reconhecimento do direito creditório.

A Companhia obteve o reconhecimento parcial dos créditos em discursão de outras competências, cujo objeto, base de cálculo e a dinâmica de apuração são semelhantes. Esgotados os recursos administrativos, a companhia judicializou partes desses processos com intuito de continuar a discussão em busca de provar o seu pretenso direito. Cabe registrar que a Companhia possui 03 laudos periciais judiciais emitidos validando todos os créditos que estão em discursão judicial.

26.2 – Contingência cível – Exclusão do efeito de agentes que não aderiram a repactuação do risco hidrológico

A Medida Provisória nº 688, de 18 de agosto de 2015, convertida na Lei nº 13.203, de 08 de dezembro de 2015, estabelece que o risco hidrológico suportado pelos agentes de geração hidrelétrica participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE poderá ser repactuado pelos geradores, desde que haja anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel. A Resolução Normativa nº 684, de 11 de dezembro de 2015, regulamenta os critérios de anuência e as condições para a repactuação do risco hidrológico, tanto para o Ambiente de Contratação Regulada – ACR, como para o Ambiente de Contratação Livre – ACL.

Aprovados os dispositivos legais, a CEB Lajeado e as demais empresas geradoras do mesmo grupo empresarial decidiram aderir à Repactuação do Risco Hidrológico. Uma das condições para adesão ao programa foi a desistências das ações judiciais que questionavam os efeitos financeiros do déficit de geração.

Entretanto, somente os agentes que operam no ambiente regulado aderiram à referida Repactuação. Os agentes atuantes no mercado livre avaliaram como inoportuna a repactuação nos termos propostos pela ANEEL, mantendo-se judicializados. Essa situação provocou nova exposição àqueles agentes, atuantes no mercado regulado, que tinham optado pela mencionada repactuação, como a CEB Lajeado.

Em decorrência dessa nova exposição e com o objetivo de proteger as empresas geradoras controladas pela CEB contra os efeitos das decisões judiciais mantidas por aqueles que não aderiram à repactuação, foi ajuizada uma ação que resultou no deferimento "Do Pedido de Antecipação dos Efeitos da Tutela", em 31 de março de 2016. Tal ação determinou que não fosse transferido para as autoras o ônus financeiro de quaisquer decisões judiciais de que não fizessem parte, independentemente da competência a que se refiram, relativas aos efeitos dos valores oriundos do déficit hídrico (Fator GSF) sobre geradores hidrelétricos.

Neste ínterim, no que concerne a ação protetiva contra o rateio da inadimplência que requer que o rateio dos custos financeiros de terceiros, no âmbito do mercado de curto prazo, não seja alocado aos agentes credores deste mercado, foi julgada improcedente. A sentença está em processo de apelação, segundo o escritório contratado, dado que a legalidade do rateio de custos de terceiros à credores no mercado de curto prazo não está claramente estabelecida nos tribunais. Assim, a regra de rateio da inadimplência do mercado de curto prazo, permanece válida e vem sendo aplicada pela CCEE, em atendimento a normatização vigente, sendo basilar para a contabilização e liquidação financeira do mercado de curto prazo.

O assessor jurídico responsável pela condução da ação pela CEB permanece classificando como "Possível" o prognóstico de perda dessa ação. Entende-se não ser necessária a constituição de provisão no balanço patrimonial. Considerando a relevância do tema, esse assunto é acompanhado pela administração da Companhia de forma sistemática. Por fim, importante destacar que a ação em questão discute os critérios de rateios das liquidações pela CCEE e não há qualquer questionamento sobre a repactuação do risco hidrológico, mencionado na nota 1.5 supra.

27 - Gestão de riscos

27.1 - Risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas. Para manter ou ajustar a estrutura do capital caso haja necessidade, a Companhia pode rever a política

de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

27.2 - Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não possuía e continua sem possuir riscos de mercado associados a dívida. Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado de Uso do bem público difere do seu valor contábil.

27.3 - Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota explicativa 3) e contas a receber de concessionários e permissionários (Nota explicativa 4).

A Companhia, em 31 de dezembro de 2022, tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e equivalentes de caixa que são aplicações financeiras que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para concessionários e permissionários, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos. A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros.

27.4 - Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade de a Companhia não realizar seus direitos. Este risco está diretamente relacionado às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de Concessionárias e permissionárias, entre outros. No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da Companhia apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma política de gestão de riscos financeiros da Companhia, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por sua administração. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o rating do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas. A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

27.5 - Risco de normatização via legislação e via regulamentação ANEEL

A CEB Lajeado é uma empresa de geração e comercialização de energia que está sujeita à legislação específica sobre o sistema energético e à regulamentação específica da ANEEL, na qualidade de agência regulatória do sistema de energia elétrica no Brasil. Considerando que o sistema de produção e comercialização de energia leva em consideração políticas definidas pelo Governo Federal, o custo de energia e o seu preço de venda ao mercado podem sofrer impactos decorrentes dessa política. Por outro lado, o mercado de produção e venda de energia regulamentada pela ANEEL está sujeito aos efeitos de reflexos de posições tomadas por empresas pertencentes ao Mecanismo de Realocação de Energia – MRE no sistema de geração de energia, e de outros aspectos, em especial o preço da energia no Mercado de Curto Prazo.

27.6 - Risco hidrológico

A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, tem provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentando os custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, que é um compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operados pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia à um rateio com base no

PLD, gerando um dispêndio com GSF (*Generation Scaling Factor*) para os geradores hidrelétricos. Para reduzir a exposição a este risco, a Companhia aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico, para o montante de energia contratado no ACR – Ambiente de Comercialização Regulado, pela transferência de 92% deste risco hidrológico remanescente para a Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias - CCRBT mediante pagamento de prêmio (Nota explicativa 20).

27.7 - Concentração de receitas

A Companhia realiza operações de vendas exclusivamente com Neoenergia Distribuidora Brasília S/A., sendo que até 02 de março de 2021 esta venda era feita para CEB Distribuição S.A considerada parte relacionada.

28 - Plano de benefícios a empregados

A CEB Lajeado e demais empresas controladas pela Companhia Energética de Brasília são patrocinadoras da FACEB - Fundação de Previdência dos Empregados da CEB, entidade fechada, que é um plano destinado à complementar os benefícios concedidos pela Previdência Social aos seus empregados e administradores.

O plano adotado é na modalidade de Contribuição Definida – CD, que não possui risco atuarial. O custeio do plano é feito por meio de contribuições mensais, sendo 50% da patrocinadora e 50% do participante, por taxas incidentes sobre a folha de salários da empresa.

Em outubro/2022, a Companhia aderiu ao novo plano de previdência complementar os benefícios concedidos pela previdência privada aos seus empregados e administradores, vinculado à FUNDIÁGUA, conforme Resolução de Diretoria nº 040, sendo 50% da patrocinadora e 50% do participante.

Este novo plano previdenciário visa a substituição a gestora atual (FACEB), que se encontra em processo de retirada de patrocínio, e que ocorrerá no exercício de 2023.

29 - Restrição sobre as propriedades de ativos

No contrato de arrendamento foi oferecido pelas arrendatárias, como garantia, os direitos de concessão e os direitos decorrentes dos contratos de compra e venda de energia, bem como parte das receitas decorrentes da comercialização de energia gerada pela usina.

30 - Seguros

A Companhia não possui apólices de seguros contratados pela administração para cobrir riscos sobre seus ativos, por serem irrelevantes os valores envolvidos na CEB Lajeado, exceto para o veículo em nome da Companhia que foi realizada a contratação de um seguro.

31 - Reconciliação do lucro do período com a geração de caixa operacional

CEB Lajeado S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro Líquido do Exercício	**144.207**	**79.740**
Depreciação	100	40
Amortização	8.516	5.887
Tributos diferidos	16.209	306
Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa	(44)	-
Repactuação do Risco Hidrológico - Lei nº 14.052/2020	(51.628)	-
Provisão para Contingências Fiscais	36	(752)
Provisão Tributos - Pis e Cofins S/ Receita Financeira	845	210
Equivalência Patrimonial	(22.071)	(5.515)
Partes Beneficiárias	16.023	8.860
Dividendos/JSCP de Ações Preferenciais	(144)	(94)
Ajuste a Valor Presente - AVP	(115)	(42)
Outros	-	(131)
Ajuste no Resultado	**(32.273)**	**8.769**
Variações Patrimoniais		
(Aumento) Redução em contas a receber	(1.482)	(4.816)
(Aumento) Redução em Contas de Caução	(427)	(608)
(Aumento) Redução em Outros Créditos	209	2.233
Aumento (Redução) em fornecedores e contas a pagar	2.002	(178)
Aumento (Redução) em impostos e contribuições sociais	6.570	6.662
Aumento (Redução) em JSCP/Dividendos/Partes Beneficiárias	1	1
Aumento (Redução) em Outras Obrigações	868	(2.685)
Juros sobre Capital Próprio / Dividendos Recebidos Ações (A e B)	4.349	5.368
Juros sobre Capital Próprio / Dividendos Recebidos Ações (ON e R)	89	104
Total	**12.179**	**6.081**
Caixa Proveniente das Atividades Operacionais	**124.113**	**94.590**
Atividades de Investimento		
Aquisição de Imobilizado	(26)	(255)
Total	**(26)**	**(255)**
Atividades de Financiamento		
Pagamento de Juros s/Capital Próprio e Dividendos Ações (ON e PN)	(62.138)	(43.329)
Pagamento de Dividendos Intercalares Ações (ON e PN)	(11.573)	(11.625)
Pagamento de Partes Beneficiárias (PN)	(8.860)	(6.667)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamentos	**(82.571)**	**(61.621)**
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**41.516**	**32.714**
Saldo de caixa no início do exercício	121.217	88.503
Saldo de caixa no final do exercício	162.733	121.217
Variação do Caixa e equivalentes de caixa	**41.516**	**32.714**

32 - Outros assuntos relevantes

a) Autorização para venda da Companhia

O Governo do Distrito Federal publicou em 21 de dezembro de 2015 a Lei nº 5.577 autorizando à Companhia Energética de Brasília – CEB, acionista controladora da CEB Lajeado, a alienar a sua participação acionária na Companhia, que é representada por 100% das ações ordinárias, observadas as regras previstas em seu ato constitutivo e no acordo de acionistas. Esta alienação é parte do Plano de desinvestimentos da CEB em empresas de geração de energia elétrica.

Entretanto, em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia Energética de Brasília – CEB, realizada em 19 de junho de 2019, foi deliberado, por maioria de votos, alterar o Plano de Negócios para o período de 2019 e 2023 para sobrestar a alienação das participações em sociedades geradoras de energia, o que inclui a CEB Lajeado, considerando que a Lei supramencionada é autorizativa.

b) Plano Previdenciário e Assistência Saúde

Diante da necessidade de incorporação da FACEB à NÉOS Previdência, entidade de Previdência Complementar vinculada à Neoenergia Distribuição Brasília S.A. (antiga CEB Distribuição), patrocinadora majoritária da FACEB, a Companhia Energética de Brasília - CEB celebrou um Convênio de Adesão com a Fundação de Previdência Complementar – FUNDIÁGUA, cujo objeto é a manutenção dos benefícios previdências aos seus empregados e administradores antes oferecidos pela FACEB, conforme disposto na Resolução de Diretoria nº 040, de 19 de setembro de 2022.

Este novo plano previdenciário administrado pela FUNDIÁGUA visa a substituição do plano oferecido pela FACEB, que se encontra em processo de retirada de patrocínio. Importante destacar que no dia 12/01/2023, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC autorizou a retirada de patrocínio da FACEB por parte da CEB Lajeado e demais empresas pertencentes ao Grupo CEB.

33 – Evento subsequente - Decisão do STF sobre coisa julgada em matéria tributária.

Em decisão tomada no dia 08/02/2023., por unanimidade, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva, a chamada “coisa julgada”, sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário. Isso porque, de acordo com a legislação e a jurisprudência, uma decisão, mesmo transitada em julgado, produz os seus efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou. Havendo alteração, os efeitos da decisão anterior podem deixar de se produzir.

A discussão aqui apontada envolve o interesse da União de voltar a recolher a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de empresas que obtiveram decisão transitada em julgado que lhes concederam o direito de não pagar o tributo. A CEB Lajeado não se enquadra na situação analisada pela Corte máxima e também não possui qualquer outro assunto na esfera fiscal ou tributária que possa resultar em mudança de prática ou levantamento de contingências em função da referida decisão. Em suma, não há impactos para Companhia resultado da presente decisão.

******

CLEBER ALVES PEREIRA:87350416172
Assinado de forma digital por CLEBER ALVES PEREIRA:87350416172
Dados: 2023.03.03 10:51:54 -03'00'

CLEBER ALVES PEREIRA
Contador CEB Lajeado
CRC/DF 021056-0/7

JAIRO FERNANDO MECABO:77649133915
Assinado de forma digital por JAIRO FERNANDO MECABO:77649133915

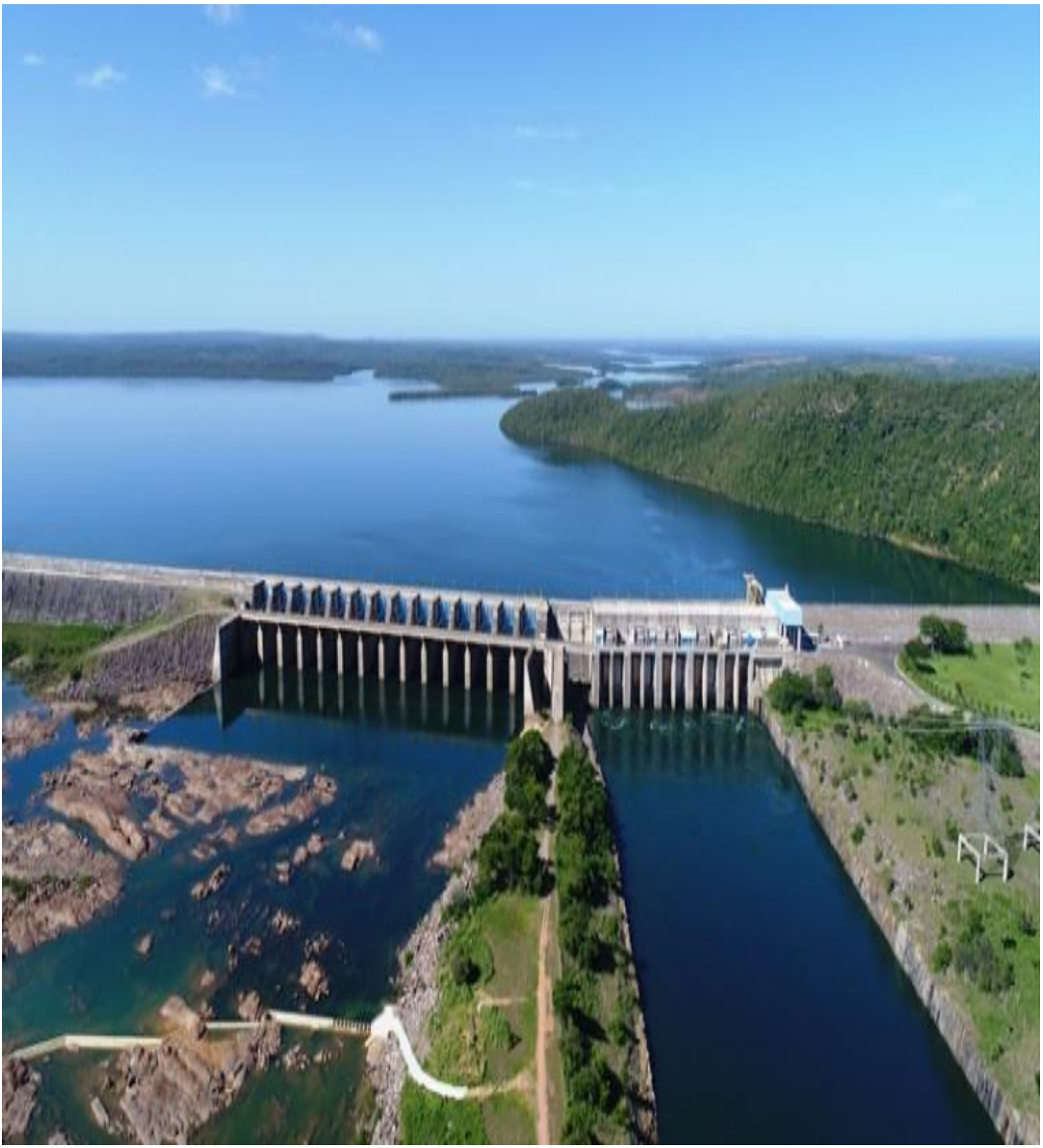
JAIRO FERNANDO MECABÔ
Diretor Administrativo e Financeiro
CEB Lajeado

JOAO WELLISCH:12010979168
Assinado de forma digital por JOAO WELLISCH:12010979168

JOÃO WELLISCH
Diretor – Geral
CEB Lajeado

CEB LAJEADO S.A - CEB Lajeado
SGAN Quadra 601 Conjunto H, 2º Andar - Asa Norte
Edifício ION Brasília/DF - Telefone: 3774.1154
CNPJ: 03.677.638/0001-50 - Inscrição Estadual: 07.408.151/001-60
Internet: http://www.ceb.com.br

CEB Lajeado
Relatório da Administração
Período: 2022



Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

A Administração da CEB Lajeado S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, composta pelo Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, Demonstrações dos Resultados Abrangentes, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Demonstrações do Valor Adicionado, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal .

Mensagem da Administração

O setor elétrico vem passando por mudanças importantes dentro e fora do Brasil. Influenciado por tendências mundiais e acontecimentos internos, contudo o mercado de energia brasileiro acaba se tornando complexo para empresas que têm eletricidade como seu principal consumo.

Para se manterem competitivas, produtivas e sustentáveis, o caminho apontado por especialistas de mercado é analisar o setor elétrico com a intenção de acompanhar as principais notícias para gerar um planejamento energético bem estruturado.

Os primeiros meses do ano foram marcados pela incerteza diante de um mercado mundial instável que enfrentaria mais um evento preocupante depois de dois anos de pandemia, a guerra entre Rússia e Ucrânia em fevereiro de 2022.

O resultado das novas negociações dentro desse cenário foi a elevação do preço dos recursos energéticos, que obedeceram ao ritmo da baixa oferta e da redução dos estoques, diante do complexo palco geopolítico.

Por outro lado, a busca por soluções que atendessem a demanda não se limitou somente a recursos não renováveis. Tivemos crescimento nos investimentos em energias renováveis, que se mostraram um caminho viável para alcançar segurança em meio às crises mundiais.

As previsões para os próximos anos apontam um Brasil com um consumo de energia crescente, com muita dinâmica na geração de energia e mais abertura para o Ambiente de comercialização Livre (ACL), vale também destacar a oferta na quantidade de leilões de energia visando a competividade e a redução de custos para as empresas deste segmento.

O ano de 2022 foi marcado por um período de realização positiva no setor de energia com recuperação das hidrelétricas participantes do sistema SIN, que aumentou significativamente a sua capacidade de armazenamento provocado principalmente pelo grande volume de chuvas no final de 2021 e nos primeiros meses deste ano, o que promoveu o reabastecimento dos reservatórios.

Ao mesmo tempo, foi possível verificar uma retomada gradual da economia em todo o território nacional a partir de segundo semestre do ano, tais como redução da inflação, redução dos preços de combustíveis, de energia elétrica pela indústria e aumento da oferta de trabalho com retomada do consumo pelas famílias. Tais medidas por parte do governo favoreceu o aumento do consumo de energia.

Outro grande ponto de destaque foi a queda nos valores do Preço das Liquidações das Diferenças – PLD e o aumento do *Generation Saling Factor* (GSF), ou seja, de acordo com os dados fornecidos pela CCEE, o PLD assumiu uma média de R$58,99 e o GSF para o ano ficou em aproximadamente 86%.

Reflexo dessa retomada a normalidade do setor elétrico permitiu a redução da exposição ao mercado de energia, reduzindo significativamente o custo de energia que vinha sofrendo com efeitos da volatilidade climática e mercadológica dos últimos anos.

A Companhia adquiriu ao longo de 2022, energia no mercado livre com o objetivo de *Hedge* para o segundo semestre de 2022, visando mitigar os riscos de exposição do Mercado de Curto Prazo – CCEE e na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para o período mais escasso do ano, quando as chuvas praticamente não ocorrem. Tal *Hedge* gerado com a foi decisivo para atenuar os impactos econômicos no segundo semestre, trazendo resultados positivos para empresa.

Em 2022, havia uma previsão de desembolso para fins de aquisição de energia junto ao MCP/CCEE de recursos financeiros disponíveis, na ordem de R$33.790 mil, porém, em razão dos reduzidos preços PLD ao longo do ano, das ações de acompanhamento e mitigação de riscos no mercado de curto prazo, foram desembolsados apenas R$4.816 mil no exercício, com uma redução de desembolso de 601%. Com o resultado desta operação possibilitou economia financeira para a Companhia, refletindo diretamente fluxo de caixa do ano, o que contribuirá para o pagamento incidente sobre o lucro de 2022.

Outro fato relevante ocorrido em 2022 e que influenciou positivamente o resultado da Companhia foi a Repactuação do Risco Hidrológico, em obediência a Lei nº 14.052/2020, que alterou a Lei nº 13.203/2015, no qual estabeleceu estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico referente a parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) desde 2012, com o agravamento da crise hídrica, a qual criou a base legal para repactuação do GSF no ACL.

A alteração legal teve como objetivo a compensação de valores aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE em face de riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes; e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação.

Consequentemente, a CEB Lajeado obteve a extensão da sua concessão em 980 dias. Como consequência desta extensão da concessão, a Companhia, após cumprir os trâmites internos da conferência de valores e aprovações pelos órgãos de governança, registrou em 2022 um ativo intangível referente ao ganho econômico estimado que irá auferir neste período adicional.

O ativo intangível foi reconhecido após a aprovação pela Administração da nova política contábil em 2022, bem como da apuração dos ganhos estimados que a Companhia irá auferir no período adicional de concessão, considerando premissas utilizadas pela "CCEE" para reembolso aos agentes de mercado dos gastos adicionais pagos no passado, sendo que a CCEE se baseou em projeções de receitas, custos e despesas para o período 15 de janeiro de 2033 a 22 de setembro de 2035, bem como a taxa de desconto destes fluxos futuros para determinação do valor justo deste ativo para a presente data.

Sendo assim, a Companhia reconheceu no 1º semestre de 2022 um ativo intangível que equivale a extensão de 2 anos e 8 meses em seu prazo de concessão, no valor de R$51.628 mil, posicionados em 01 de janeiro de 2022, em contrapartida um ganho no resultado do exercício.

Este ativo é amortizado pelo método linear até o prazo final do prazo de concessão. Destacamos que o advento da contabilização do **ganho** foi, nesse momento **econômico**, havendo a **expectativa futura entrada de recursos financeiros** para a Companhia.

O grande destaque do ano de 2022, sem dúvidas foi o lucro do auferido em suas operações. A Companhia obteve, o maior e mais relevante resultado financeiro de sua história ao longo de 22 anos de atividades. Os números finais do fechamento de 2022 apontam que o lucro alcançado foi 80,85% maior do que o registrado anteriormente, totalizando R$160.230 mil no ano (excluindo as Partes Beneficiárias), frente aos lucros de 2021 que fecharam em R$88.600 mil (sem Partes Beneficiárias). Independentemente da inovação trazida com a repactuação do risco hidrológico que é tratado pela CEB Lajeado como um evento **não recorrente**, o lucro registrado já teria sido superior aos patamares registrados nos últimos anos, aproximadamente R$131.207 mil.

Ao longo de 2022, a CEB Lajeado avançou consideravelmente em mecanismos de governança e controle, atualizou seu mapa de risco e plano de ação que será implementado ao longo de 2023, com vistas a atender às determinações da Lei 13.303/2016. Além disso, a Companhia prestou contas ao Tribunal de Contas do Distrito Federal e ao órgão regulador de energia elétrica Agência Nacional de Elétrica "ANEEL".

A Entidade cumpriu de forma integral da Lei nº 9.991/2000, que trata sobre a obrigatoriedade de desembolsos e investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e atualmente encontra-se em andamento o Projeto intitulado "Desenvolvimento de um *Framework* para Cidades Inteligentes através de *Smart Meters* modulares integrados às Redes de Iluminação Pública utilizando a Tecnologia 5G", firmado através de um Termo de Cooperação entre a Universidade Federal de Juiz de Fora. CEB Lajeado e a IDEASOFT concluirão o projeto no decorrer do próximo ano.

Importante destacar que do montante apurado com custos relativos ao P&D, seguem a destinação conforme os percentuais previstos na Lei.

- 40% são recolhidos ao Governo Federal através do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT;
- 20% ao Ministério de Minas e Energia – MME;
- 12% são repassados à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), nos termos da Lei 14.120 de 1º de março de 2021, sendo que este repasse irá permanecer até dezembro/2025; e
- 28% são retidos pela Companhia para serem investidos em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento da ANEEL conforme Resolução nº 754 de 13 de dezembro de 2016, sendo que os montantes retidos e não investidos são atualizados por SELIC.

Em 2023, serão mantidos os aprimoramentos contínuos em todas as áreas da Companhia, melhorando os índices de desempenho e performance do negócio "Lajeado", contribuindo positivamente no impacto econômico e geração de valores para aos seus acionistas.

Por fim, gostaríamos de agradecer aos parceiros, clientes, fornecedores e instituições financeiras, pela confiança que depositaram na Companhia durante o exercício de 2022 e, em especial, aos membros Conselhos de Administração, Fiscal , ao Comitê de Auditoria Estatutário e aos colaboradores pela dedicação, empenho e compromisso, orientados para o cumprimento dos objetivos empresariais, com vistas a contribuir para tornar a Empresa uma referência de eficácia na geração de resultados para os seus acionistas e para a sociedade do Distrito Federal.

A Empresa

A CEB Lajeado S.A., em conjunto com a Lajeado Energia S.A., Paulista Lajeado Energia S.A. e a Investco S.A. constituem o denominado "Consórcio Lajeado", cujo objeto é a exploração compartilhada da concessão de uso de bem público do Aproveitamento Hidroelétrico da UHE Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão nº 05/97 e respectivos termos aditivos celebrados com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. O prazo de duração do contrato de concessão é de 35 (trinta e cinco) anos, contados a partir de 16 de dezembro de 1997, perdurando inicialmente até 15 de dezembro de 2032.

Estrutura do Negócio

Como mostrado na estrutura de negócios, a Companhia Energética de Brasília (CEB Holding) e Eletrobrás detêm, respectivamente 59,93% e 40,07% do patrimônio da CEB Lajeado sendo que a CEB Holding possuí 100% das ações ordinárias, com direito a voto. Por outro lado, o Acordo de Acionistas firmado entre as empresas, garante à Eletrobrás vantagens financeiras nas Ações Preferenciais e em Partes Beneficiárias o que resulta para esse sócio rendimentos equivalentes a 49,67% do lucro de cada exercício obtido pela CEB Lajeado, cabendo a CEB Holding 50,33% dos rendimentos. A CEB Lajeado, em conjunto com a Lajeado Energia S.A., Paulista Lajeado Energia S.A. e a Investco, são parte do consórcio denominado "Consórcio Lajeado", cujo objeto é a exploração compartilhada da concessão de uso de bem público do Aproveitamento Hidrelétrico Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão nº 05/97 e respectivos aditivos da Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL. O prazo de duração do contrato de concessão é de 35 (trinta e cinco) anos contados a partir de 16 de dezembro de 1997 (término em 15 de dezembro de 2032).

No período de prorrogação da concessão, a Companhia poderá comercializar sua cota parte de energia da UHE Luiz Eduardo Magalhães no **Mercado Livre**, já que o Contrato Bilateral firmado com Neoenergia Distribuição S/A., se encerrará em 15 de dezembro de 2032. Importante mencionar que, a ANEEL editou a Resolução Homologatória nº 2932/2021, de 14 de setembro de 2021, que homologa o prazo de extensão de outorga para as usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Relocação de Energia – MRE, no qual a UHE Luiz Eduardo Magalhães obteve uma extensão de outorga de 980 dias. A energia elétrica gerada pelo empreendimento é comercializada pelas Concessionárias, na proporção da participação de cada uma delas na formação do Consórcio Lajeado, conforme quadro a seguir:

A concessão da UHE Luís Eduardo Magalhães é compartilhada da seguinte forma:

	Quota
Lajeado Energia	72,27%
CEB Lajeado	19,80%
Paulista Lajeado	6,93%
Investco	1,00%
Total	**100,00%**

Referência: Contrato de Concessão nº 05/1997.

Quase todo montante de energia da CEB Lajeado S.A. é comercializado com a Neoenergia Brasília, por meio de um contrato bilateral regulado de compra e venda de energia (ACR), com vencimento em 15 de dezembro de 2032, prazo limite de suprimento previsto no contrato de concessão do empreendimento. À vista da questão hídrica vivenciada, esse contrato não alcançou a totalidade do bloco de energia de titularidade da Empresa, conforme estratégia de *hedge* detalhada no item "Comercialização de Energia" deste relatório.

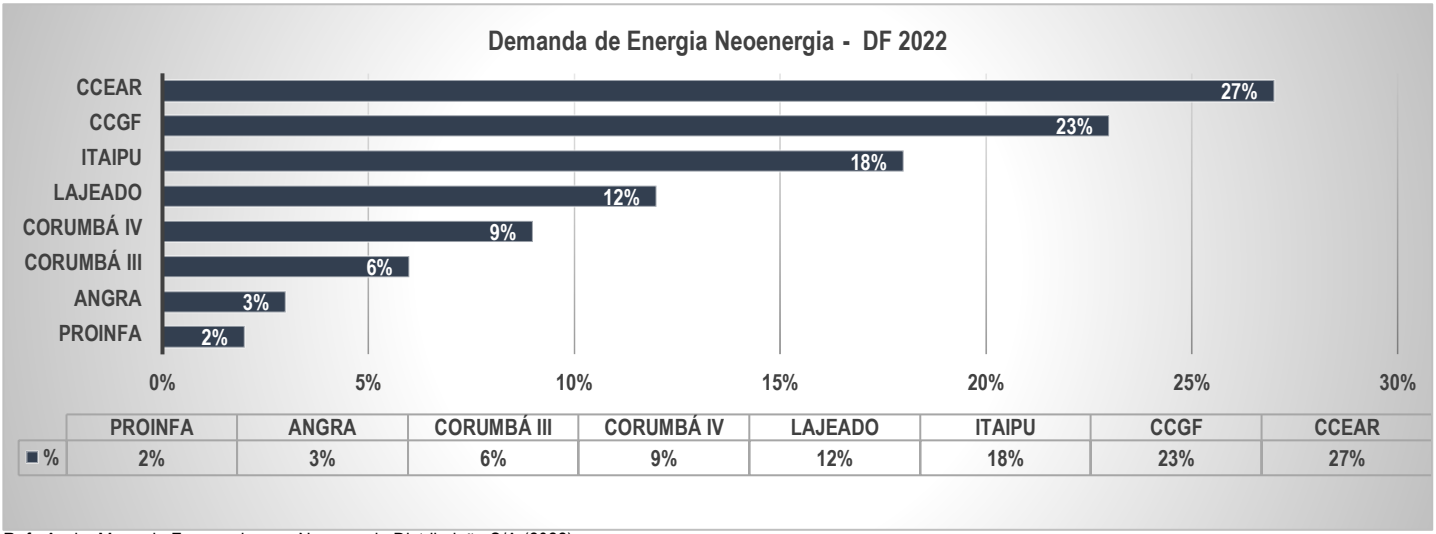
Mesmo com a redução no volume de venda anteriormente contratado, a manutenção desse instrumento significa garantia firme de receita até o final da concessão de produção independente, da qual a CEB Lajeado é titular.

A receita da Companhia, em quase sua totalidade, é oriunda da venda de energia elétrica para a Neoenergia Brasília, do Mercado de Energia Elétrica no qual faz parte, do rendimento de aplicações financeiras e pelos resultados provenientes da participação acionária na Coligada Investco S.A, detentora dos ativos de geração da Usina. Em 2022, a CEB Lajeado S.A. foi responsável pelo suprimento de aproximadamente 12% de toda a demanda utilizada pela Concessionária de Energia Elétrica "Neoenergia Brasília" no Distrito Federal, conforme demonstrado no quadro abaixo.

1	2	3	4	5	6	7	8
CCEAR	CCGF	ITAIPU	LAJEADO	CORUMBÁ IV	CORUMBÁ III	ANGRA	PROINFA
27%	23%	18%	12%	9%	6%	3%	2%

Referência: Neoenergia Distribuição S/A.

O gráfico abaixo ilustra a demanda de energia elétrica demandada em toda o Distrito Federal.



Referência: Mapa de Fornecedores – Neoenergia Distribuição S/A (2022).

Comercialização de Energia

Vigente desde 2004, com a publicação da Lei nº 10.848/2004, o modelo atual do setor elétrico Brasileiro prevê que a comercialização de energia elétrica pode ser realizada em dois ambientes de mercado: Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e Ambiente de Contratação Livre (ACL). No primeiro ambiente, o fornecimento de energia é regido pelo Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCAR).

Os montantes de energia são ofertados por agentes de geração, comercialização ou importação em leilões efetuados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), cujos compradores devem ser concessionários de distribuição de energia elétrica.

Já no ACL, as operações de compra e venda de energia podem envolver os diversos agentes do mercado, tais como agentes de geração, comercializadoras, consumidores livres, entre outros, onde as condições da aquisição de energia, bem como as particularidades dos contratos de comercialização, são livremente pactuadas entre compradores e vendedores.

A CEB Lajeado S.A. é parte integrante do "Consórcio Lajeado", com cota parte de 19,8%. Parte deste montante de energia é comercializado com a Neoenergia Brasília S.A., por meio de CCAR firmado em 2001. O contrato determina ainda reajuste anual de preço com base no IGP-M, na data de reajuste tarifário da distribuidora. Todos os contratos firmados no mercado são registrados na CCEE, que gerencia o lastro de energia destes e efetua, periodicamente, a contabilização, apurando o total comercializado de energia entre os agentes, da qual resulta a situação destes como credor ou devedor, com base nas diferenças apuradas. Os resultados desta contabilização são objetos de liquidação financeira no mercado de curto prazo, resultantes do processo de pagamento e recebimento dos débitos (obrigações) e créditos (direitos) apurados no âmbito da CCEE.

Neste ambiente, as diferenças apuradas são valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). De forma estratégica, visando mitigar os riscos de exposição à volatilidade do PLD, os agentes definem suas estratégias, com o intuito de cumprir seus contratos de venda de energia, bem como de suas parcelas de garantia física.

Para definição das estratégias de comercialização da CEB Lajeado, além do acompanhamento constante das projeções e dos resultados de exposição ao MCP junto à CCEE, e, ainda, o cumprimento às regras legais de normativas da comercialização, a Superintendência de Geração, Comercialização e Novos Negócios (SGN) analisa variáveis inerentes ao mercado de energia, tais como: o preço de liquidação das diferenças – PLD e o GSF.

As projeções de mercado, especialmente em relação ao preço de liquidação das diferenças, tendo em vista que o comportamento do PLD pode apresentar oscilações expressivas, podem impactar nos volumes financeiros de crédito ou déficit. Assim como as projeções e o acompanhamento da garantia física das usinas, no âmbito do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), influenciam na definição do risco hidrológico, resultando no chamado ajuste do MRE (GSF), que impacta significativamente na exposição ao MCP.

Cabe ainda destacar que conforme a Gerência de Mercado do Ministério das Minas e Energia publicou em 10 de novembro de 2022, através da Portaria GM/MME nº 704 a revisão ordinária da UHE Luís Eduardo Magalhães que a partir de 2023 será deslocada dos atuais 505,1 MW médios para 479,9 MW médios, fazendo a parcela pertencente a CEB Lajeado deslocar de 101,01 MW médios para 95,02 MW médios.

A Companhia, visando proteger seu portfólio de energia, seguiu gerindo seu *hedge* continuamente, de forma a acompanhar as oscilações de mercado e se proteger ou mitigar o impacto da exposição financeira da energia no Mercado de Curto Prazo, tendo reduzido substancialmente, em 2022, os impactos econômicos neste mercado.

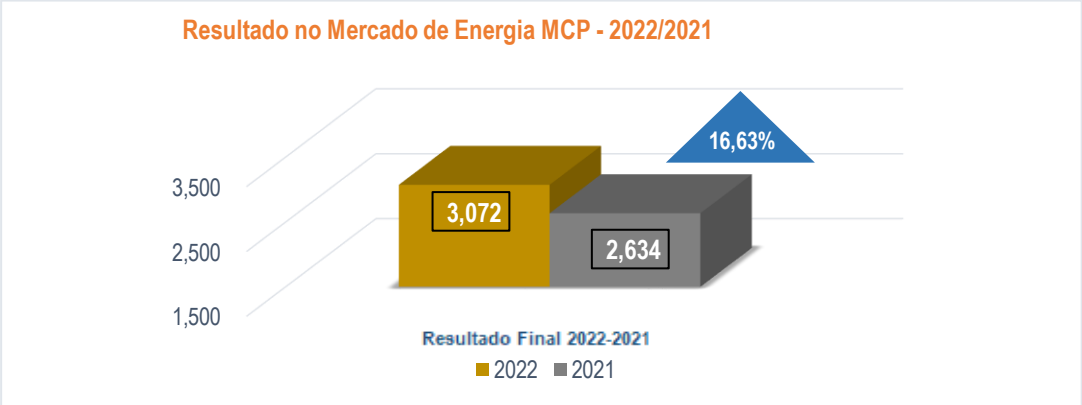
No exercício de 2022 as condições dos reservatórios se apresentaram bastante favoráveis revertendo a situação de crise hidrológica verificada nos exercícios anteriores. Essas condições somadas às medidas adotadas pela companhia com finalidade mitigar os riscos no mercado de energia evitaram impactos econômico-financeiros negativos resultando em baixos custos na contabilização final no mercado de energia, como pode ser observado no quadro abaixo, que apresenta o cenário relativo à compra e venda de energia no mercado de curto prazo para os anos de 2022 e 2021.

Receita com Energia - Mercado de Energia		2022	2021	Δ 2022/2021 - R$ (Mil)
(+) Venda de Energia no Mercado de Energia	(a)	6.277	67.999	-90,77%
(-) Custo de Energia no Mercado de Energia	(b)	(9.349)	(70.633)	-86,76%
Total		**(3.072)**	**(2.634)**	**16,63%**

Referência: Consultoria Contábil CEB Lajeado S/A.

a) Venda no Mercado de Energia: A redução da receita perante a CCEE em 2022, se deve pela sazonalização na geração de energia perante o mercado de energia, além da redução do preço das liquidações das diferenças e por estratégias adotadas pela comercialização da Companhia. A receita registrou R$6.277 mil em 2022 e R$67.999 mil em 2021, variando -90,77%.

b) Custo de Energia: Em 2022, conforme relatado no item "a" no que tange a relação ao custo ocorreu um grande deságio seguindo a mesma tendência da receita, nesta mesma direção o custo registrado em 2022 foi R$9.349 mil, e R$70.633 mil em 2021, variando -86,76%.



- ✓ Conforme apresentado acima o resultado final com as operações de energia foi excelente. Importante destacar que o custo de energia foi consideravelmente reduzido em 2022 e 2021 relação a anos anteriores, desta forma a exposição liquida foi negativa em 2022

R$3.072 mil e R$2.634 mil em 2021, ou seja, um déficit anual com baixo potencial de risco para empresa, pouco menos de 2% da Receita Operacional Bruta da empresa.

Desempenho Econômico-Financeiro

Demonstração de Resultados do Exercício - Gerencial	Exercício - 2022	Exercício - 2021	Δ 2022/2021 (R$)	Δ 2022/2021 (%)
Receita Operacional Bruta	**252.857**	**273.653**	**(20.796)**	-7,60%
(-) Impostos e Encargos do Setor	(31.796)	(32.728)	932	-2,85%
Receita Operacional Líquida	**221.061**	**240.925**	**(19.864)**	**-8,24%**
(-) Custo com Energia Elétrica	(68.856)	(109.839)	**40.983**	**-37,31%**
(+) Despesas Gerais e Administrativas	(6.224)	(6.632)	408	-6,15%
(+) Repactuação do Risco Hidrológico	51.628	-	51.628	100,00%
(-) Amortização de Ágio	(8.516)	(5.887)	(2.629)	44,66%
(+) Equivalência Patrimonial	22.071	5.515	16.556	300,20%
(+/-) Outras Receitas e Despesas	(36)	883	(919)	-104,08%
(+) Resultado financeiro	17.196	4.088	13.108	320,65%
Lucro antes dos tributos e participações	**228.324**	**129.053**	**99.271**	**76,92%**
(-) IRPJ/CSLL	(68.094)	(40.453)	(27.641)	68,33%
(=) Lucro depois dos Tributos	**160.230**	**88.600**	**71.630**	**80,85%**
(-) Partes Beneficiárias	(16.023)	(8.860)	(7.163)	80,85%
Lucro Líquido do Período	**144.207**	**79.740**	**64.467**	**80,85%**
Ebitda - 2022/2021	**219.744**	**130.892**	**88.852**	**67,88%**
Ebitda - 2022/2021 (deduzido do evento não recorrente)	**168.116**	**130.892**	**37.224**	**28,44%**

Referência: Setor de Contabilidade da CEB Lajeado S/A

- **Abaixo segue alguns comentários relativos as principais receitas e despesas em 2022 e 2021.**

I. A Receita Operacional Bruta em 2022 obteve um resultado menor, conforme relatado acima, em virtude das operações no mercado de energia elétrica, com uma queda em 7,60% em relação, corroborada por questões mercadológicas, climáticas e com a variação do Preço das Liquidações das Diferenças - PLD em baixa, tendo uma média anual R$58,99.

II. Quanto aos impostos e encargos do setor, é formado por deduções de PIS e COFINS, Recursos Hídricos utilizados na produção de energia da usina, além de taxas da Aneel, o seu resultado variou em 2022 -2,85%.

Receita Bruta e Impostos	Exercício - 2022	Exercício 2021	Δ 2022/2021 (R$)	Δ 2022/2021 (%)
Venda de Energia	252.857	273.653	(20.796)	-7,60%
(-) Pis e Cofins / Encargos do Setor	(31.796)	(32.728)	932	-2,85%
Total	**221.061**	**240.925**	**(19.864)**	**-8,24%**

III. O Custo com energia elétrica é formado pelos pilares (Arrendamento, Compra de Energia e Custo de Transmissão), além de outros custos e taxas voltados à operação do negócio, todos com capacidade de restituição de créditos tributários de (Pis/Cofins). Reflexo dessas operações em 2022, este montante foi impactado principalmente pela redução na conta de compra de energia, aonde a despesa total sofreu um deságio em -37,31% e R$40.983 mil de redução do custo em relação a 2021.

Custo com Produção de Energia	Exercício - 2022	Exercício 2021	Δ 2022/2021 (R$)	Δ 2022/2021 (%)
Energia elétrica comprada para revenda	(9.349)	(70.633)	61.284	-86,76%
Arrendamento Investco S.A.	(42.086)	(23.608)	(18.478)	78,27%
Custo uso do sistema de transmissão	(16.034)	(14.215)	(1.819)	12,80%
Prêmio de seguro do risco hidrológico	(1.387)	(1.383)	(4)	0,29%
Total	**(68.856)**	**(109.839)**	**40.983**	**-37,31%**

IV. Na rubrica de Despesas Gerais, a Companhia obteve elevação uma pequena redução, sendo R$6.224 mil em 2022 para R$6.632 mil em 2021, variando em -6,15%. Resultado que foi refletido nas operações de serviços de terceiros, obtendo uma redução na sua totalidade em R$408 mil.

V. Como aprovado e mencionado em todos os relatórios de governança da Companhia registrou em Companhia registrou em junho de 2022, obedecendo todos os tramites de governança e em obediência a Lei nº 14.052/2020, posteriormente registrou o montante de

R$51.628 mil que se trata de um evento **não recorrente**, sendo este montante indenizado aos participantes do mercado de energia pela CCEE.

Repactuação do Risco Hidrológico - Lei nº 14.052/2020	Exercício - 2022	Exercício 2021	Δ 2022/2021 (R$)	Δ 2022/2021 (%)
Repactuação do Risco Hidrológico	51.628	-	51.628	100,00%
Total	**51.628**	**-**	**51.628**	**100,00%**

VI. A Amortização refere-se ao intangível do ganho com as ações preferenciais da Eletrobras, evento ocorrido no ano de 2005 e que será amortizado até setembro de 2035, além deste evento, a CEB Lajeado contabilizou no mês de junho de 2022, conforme previsto na Lei 14.052/2020 a repactuação do risco hidrológico e este saldo será amortizado até o final da concessão em setembro de 2035, conforme relatado no item V.

VII. Em relação ao ganho com equivalência patrimonial, aonde a variação positiva foi de 300,20%, R$ 22.071 mil em 2022 e R$5.515 mil em 2021, se deve pelo reajuste do arrendamento pago mensalmente a Coligada Investco, o ganho com equivalência patrimonial sobre o resultado é calculado sobre 20% do seu resultado econômico-financeiro.

VIII. Em relação ao resultado financeiro em 2022, mostrou-se bastante favorável, corroborados pelo excedente de caixa da Companhia e favorecidos pela alta da Taxa Selic, que esteve durante todo o ano superior a 12%. Cabe ressaltar que todas as aplicações financeiras da CEB Lajeado são remuneradas pela Selic.

IX. Em relação ao lucro antes dos tributos houve um aumento considerável na ordem de R$99.271, reflexo do bom desempenho das operações da Companhia conforme mencionado nos itens anteriores, os tributos relativos ao lucro (IRPJ/CSLL), ocorreu um aumento considerável na ordem de 68,33% na despesa com impostos, o imposto corrente registrou R$51.885 mil e deverá ser pago no primeiro trimestre de 2022, além do reflexo da repactuação do risco hidrológico, acrescido do mercado de energia aonde foi contabilizado R$16.209 mil, este esta sendo diferido e estará sendo pago durante toda a realização do lucro.

Lucro antes das Participações	Exercício - 2022	Exercício 2021	Δ 2022/2021 (R$)	Δ 2022/2021 (%)
Lucro antes dos Tributos	**228.324**	**129.053**	**99.271**	**76,92%**
IRPJ e CSLL Corrente e Diferido	(68.094)	(40.453)	(27.641)	68,33%
Lucro antes das Partes Beneficiárias	**160.230**	**88.600**	**71.630**	**80,85%**

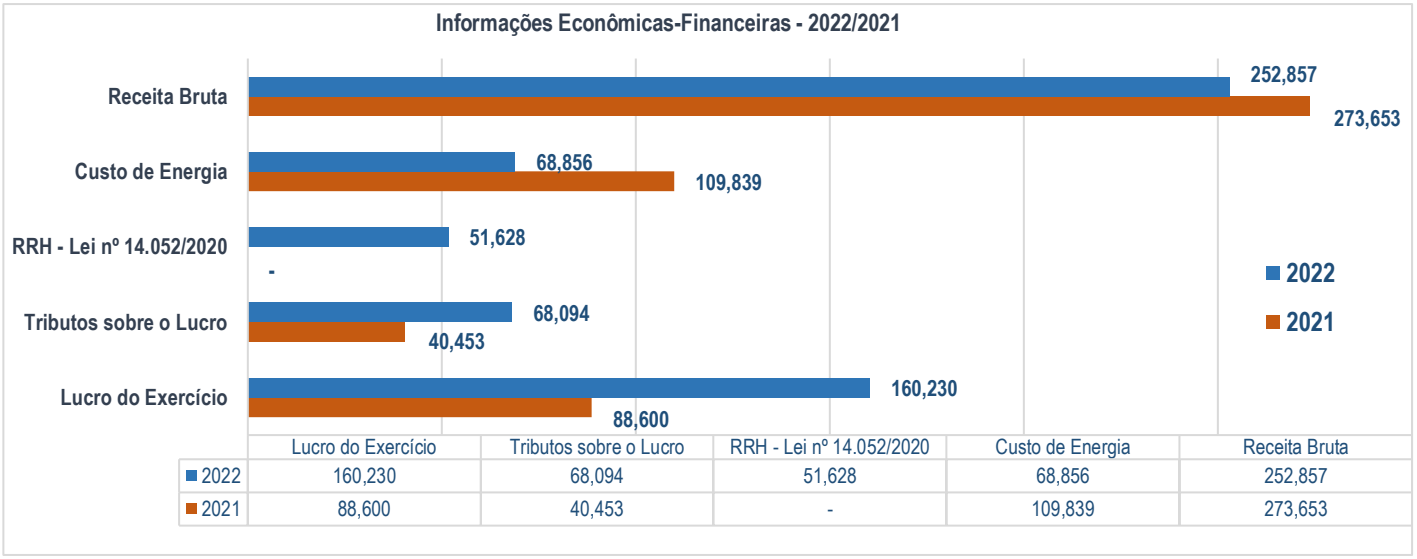
O Lucro após a dedução dos tributos é de R$160.230 mil em 2022 e foi de R$88.600 em 2021, variando R$71.630 mil e 80,85% superior ao de 2021, o que representou um excelente resultado para a Companhia.

Lucro antes das Participações	Exercício - 2022	Exercício 2021	Δ 2022/2021 (R$)	Δ 2022/2021 (%)
Lucro depois dos Tributos	**160.230**	**88.600**	**71.630**	**80,85%**
Partes Beneficiárias	(16.023)	(8.860)	(7.163)	80,85%
Lucro Líquido após as Partes Beneficiárias	**144.207**	**79.740**	**64.467**	**80,85%**

Após a dedução das partes beneficiárias pertencentes a Eletrobras, chega-se ao um lucro líquido de R$144.207 mil, que apresentada um incremento de R$64.467 mil em relação a 2021, equivalente a um aumento de 80,85%.

A CEB Lajeado registra o maior lucro da sua história, em relação a distribuição de lucros, a Companhia é obrigada conforme estatuto a provisionar 25% do mínimo obrigatório, neste exercício a provisão foi de R$34.921 mil, em relação aos 75% restantes que equivalem R$101.813 mil, permanecerá no patrimônio líquido na conta de reserva de lucros, condicionada a Assembleia Geral da Companhia quanto a sua deliberação.

A seguir é apresentado um desenho gráfico do posicionamento econômico no qual é comtemplado os principais pilares da Companhia nos exercícios de 2022 e 2021, conforme comentários relatados acima.



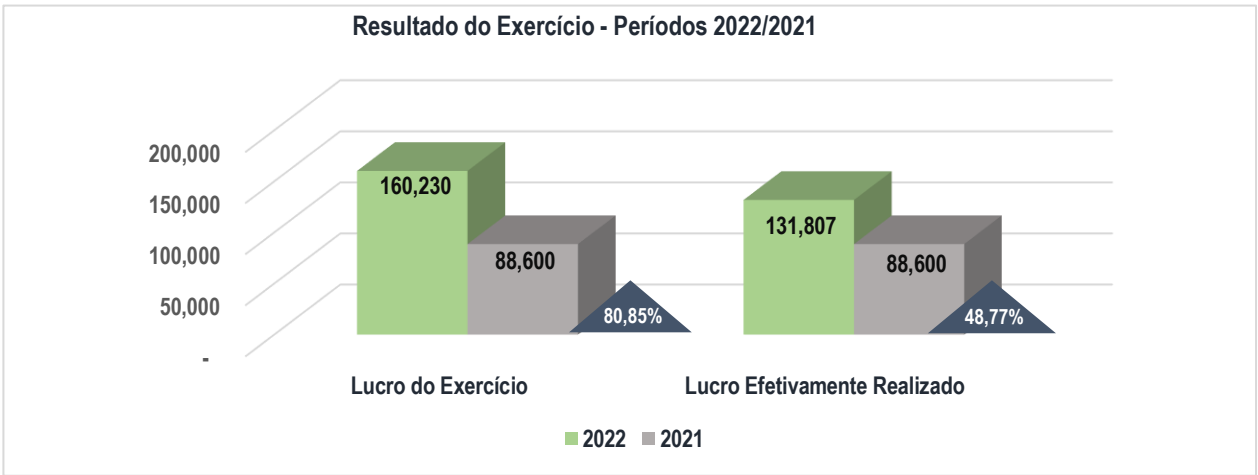
	Lucro do Exercício	Tributos sobre o Lucro	RRH - Lei nº 14.052/2020	Custo de Energia	Receita Bruta
2022	160,230	68,094	51,628	68,856	252,857
2021	88,600	40,453	-	109,839	273,653

Importante mencionar que na hipótese da não ocorrência da repactuação do risco hidrológico, excluindo todos os efeitos econômicos registrados no período o lucro da Companhia certamente seria inferior, conforme demonstrado abaixo:

Repactuação do Risco Hidrológico	Exercício - 2022	Exercício - 2021
Ativo Intangível - GSF	51.628	-
Amortização	(3.778)	-
Valor líquido	**47.850**	-
IR e CS Diferidos	(16.269)	-
Subtotal 1	**31.581**	-
Partes Beneficiárias	(3.158)	-
Impacto líquido do evento não recorrente em 2022	**28.423**	**-**
Lucro do Exercício em 2022 e 2021	**160.230**	**88.600**
Lucro efetivamente realizado em 2022 e 2021	**131.807**	**88.600**

Informações relativas ao Lucro do Exercício 2022	Exercício 2022	Exercício 2021	Δ 2022/2021 (%)
Lucro do Exercício de 2022	**160.230**	**88.600**	**80,85%**
Impacto líquido do evento não recorrente	**(28.423)**	**-**	**100,00%**
Lucro efetivamente realizado	**131.807**	**88.600**	**48,77%**

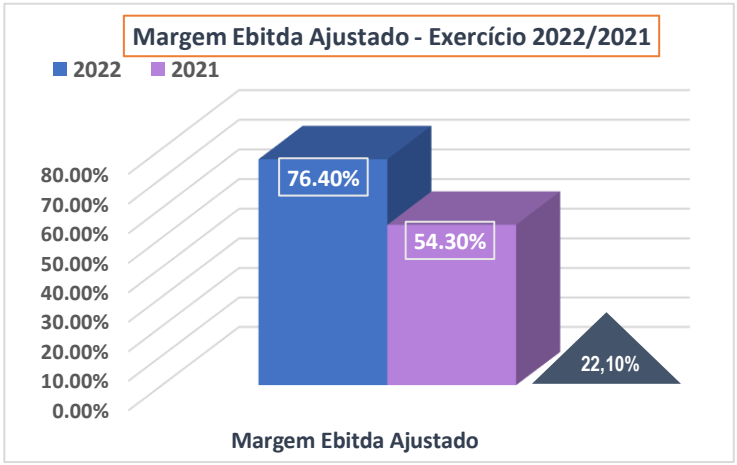
Portanto, poderíamos apresentar o lucro, já considerado o efeito líquido do **evento não recorrente** da seguinte forma R$131.807 mil, registrando um **Ebitda ajustado** com variação positiva entre os períodos 2022/2021 de 48,77%.



O quadro abaixo apresenta uma série de dados significativos, nos quais podemos comtemplar a evolução da CEB Lajeado em 2022.

Dados Econômico-Financeiros	2022	2021	Δ 2022/2021 - R$
Ebitda	219.744	130.892	88.852
Margem Ebitda	99,4%	54,3%	45,1%
Ebitda ajustado líquido do evento não recorrente	**168.116**	**130.892**	**37.224**
Margem Ebitda ajustado líquido do evento não recorrente	**76,4%**	**54,3%**	**22,1%**
Ativo Total/Passivo + Patrimônio Líquido	509.368	406.599	102.769
Ganhos em Participações societárias	22.071	5.515	16.556
Receita Bruta Total	252.857	273.653	(20.796)

Referência: Consultoria Contábil CEB Lajeado S/A.



A variação do Ebitda ajustado mostrou-se com crescimento em relação aos anos 2022/2021 (lucro antes das despesas financeiras, do imposto de renda, da contribuição social sobre lucros e das participações, depreciações e amortizações) em 2022 foi de R$168.116 mil (sendo desconsiderado a repactuação do risco hidrológico) crescendo em 28,44% em relação ao montante de R$130.892 mil, obtido em 2021.

Por fim, em relação a margem Ebitda houve um aumento significativo de desempenho em suas operações, sendo registrado 76,40% em 2022 e 54,30% em 2021, variando 22,10%, contribuído pela redução de custos operacionais, ganhos com equivalência patrimonial e o excelente resultado financeiro.

Em relação ao endividamento da CEB Lajeado, temos:

Grau de Endividamento	2022	2021	Δ 2022/2021 - R$
Ativo total	509.368	406.599	102.769
Disponibilidades	162.733	121.217	41.516
Passivo Circulante	104.586	69.670	34.916
Passivo Exigível de Longo Prazo	16.874	629	16.245

Para calcularmos o grau de endividamento, consideramos o passivo circulante, acrescido no exigível de longo prazo, dividido pelo ativo total, multiplicado por 100. Todas as informações para análise são extraídas no balanço patrimonial da Companhia.

Exercícios	Endividamento Geral = $\frac{PC + PELP}{AC}$ x 100
2022/2021	

Exercício	Endividamento Geral = $\frac{69.670 + 629}{406.599}$ x 100	17,29%
2021		

Exercício	Endividamento Geral = $\frac{104.586+16.874}{509.368}$ x 100	23,85%
2022		

As informações são extraídas do balancete da CEB Lajeado e demonstra que a CEB Lajeado possui um baixo endividamento, possuindo uma excelente capacidade de pagamento, além da evolução do crescimento do caixa da Companhia em R$41.516 mil, conforme apresentado no quadro acima.

- O endividamento da CEB Lajeado é relativamente baixo, possuindo uma excelente capacidade de pagamento, como apresenta-se o caixa da companhia no qual contabilizou (R$162.733 em 2022 – R$121.217 mil em 2021, com variação de R$41.516 mil), além do bom desempenho na demais operações, possuindo todos os custos controlados.
- Em relação ao grau de endividamento, houve um crescimento conforme demonstrado no quadro acima saindo de 17,29% em 2021, para 23,85% em 2022, reflexo do excelente aumento do lucro neste ano, as contas que foram mais impactadas no passivo circulante foram, dividendos adicionais propostos e obrigações tributárias.

Abaixo é apresentado o Retorno sobre o Capital Próprio – ROE

Retorno do Capital Próprio - ROE	2022	2021	Δ 2022/2021 - R$	Δ 2022/2021 (%)
Lucro Líquido	144.207	79.740	64.467	80,85%
Patrimônio Líquido	387.908	336.300	51.608	15,35%

Referência: Consultoria Contábil CEB Lajeado S/A

ROE	Retorno sobre o PL = $\frac{\text{Lucro Líquido do Exercício}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$

Retorno do Capital Investido	2022	2021
ROE = Lucro Líquido do Exercício / PL - Capital Investido	144.207 / 387.908	79.740 / 336.300
Δ 2022/2021 – (%)	37,18%	23,71%

A CEB Lajeado apresenta um excelente retorno do patrimônio líquido ou capital investido sobre o seu lucro líquido, mostrando-se eficiente em suas operações em ambos os exercícios, conforme tabela acima, registrando 37,18% em 2022 e 23,71% em 2021, bem acima da média de retorno que é algo entre 15% e 20% que é a referência do mercado.

Investimentos

Para os próximos anos estão previstos investimentos na modernização de equipamentos de hardwares e na aquisição de softwares, além de aquisição de mobiliário para a Companhia, todos na esfera administrativa. Importante destacar que a Coligada Investco é responsável por todos os investimentos na usina, conforme previsto no contrato de arrendamento, além da operação e manutenção da UHE Luís Eduardo Magalhães, que está localizada na Cidade de Miracema do Tocantins – TO.

Relacionamento Institucional

A CEB Lajeado S.A. mantém estreito relacionamento com diversos órgãos, tais como a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE; Operador Nacional do Sistema – ONS; Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL; Ministério de Minas e Energia – MME; Associações de Classe; Fundações; e Concessionárias em geral, e atua em conformidade com a legislação vigente, na busca de qualidade e transparência nas suas decisões, de forma a contribuir para o melhor desempenho do setor elétrico brasileiro e, consequentemente, garantir maior geração de riqueza para os acionistas da Empresa.

Força de Trabalho

A CEB Lajeado S.A. atenta em corresponder às expectativas do Controlador e, no intuito de atingir suas metas empresariais, tem procurado focar as relações de trabalho na valorização, no respeito e no desenvolvimento humano e, para isso, conta com uma força de trabalho composta de 11 colaboradores.

A seguir, detalha-se o quadro de pessoal da Empresa:

COLABORADORES DA CEB LAJEADO EM 2022		
Quadro Funcional	**Ocupados**	**Total**
Quadro próprio	-	-
Comissionados, sem vínculo efetivo	8	10
Diretoria Estatutária, sem vínculo efetivo	3	3
Contratados terceirizados	-	-
Requisitados da CEB IPES S.A.	2	2
Estagiários	1	1
Total geral (Força de trabalho)	**14**	**16**

Referência: RH CEB Lajeado S/A.

Gestão Administrativa

A Diretoria da CEB Lajeado S.A. tem focado suas ações na eficiência empresarial e na valorização dos seus recursos humanos. De forma transparente e com ferramentas que valorizam a liderança, a participação, a motivação e a criatividade, cada servidor contribui de forma sistêmica na solução e no aperfeiçoamento dos processos organizacionais. Em um ambiente saudável e harmonioso, as virtudes profissionais dos servidores são potencializadas, a fim de que estes possam contribuir efetivamente para o alcance dos objetivos propostos no Plano de Negócios da Empresa.

Entre as ações desenvolvidas no exercício de 2022, destacam-se:

- Monitoramento semanal dos preços de energia - PLD, acompanhando e adotando estratégias de mitigação de riscos e exposição da empresa, promovendo a aquisição de energia através de *hedge* para reduzir exposição da empresa junto ao MCP/CCEE e, eventualmente, vender o excedente sempre que houver oportunidade de interesse da Cia.
- Manter o controle e a gestão dos contratos administrativos de interesse da empresa, observando a fiel aplicação da Lei 13.303 e demais normas internas da companhia;
- Aprimoramento dos controles internos, investimento em atualização e treinamento dos colaboradores, além de ajustes e adoção de novos mecanismos de mitigação de riscos;
- Reformulação do Mapa de Riscos e com as novas estratégias e plano de ações para os próximos períodos;
- Gerenciamento e fiscalização das receitas investidas em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D); acompanhamento da Lei 14.120/2021;
- Com o intuito de cumprir com a sua função social, a CEB Lajeado utilizou da prerrogativa de incentivos fiscais, destinando parte do recolhimento de impostos, mediante lei, para incentivar atividades esportivas. Em compensação, ocorreu a renúncia fiscal que constitui um benefício fiscal para o contribuinte, consequentemente indo ao encontro da norma, com rigor aos requisitos que a lei exige para o direito de utilizá-lo.
- Adoção de ações visando garantir a eficiência e a lucratividade crescente da empresa, no sentido de viabilizar o cumprimento de metas com a distribuição integral de lucros aos acionistas CEB Holding e ELETROBRAS, por meio de dividendos, Juros Sobre Capital Próprio - JSCP e Partes Beneficiárias.
- Importante mencionar que a CEB Lajeado, honrou com os seus acionistas, detentores das ações ordinárias e preferenciais, todo o compromisso firmado na 22º (Vigésima segunda) Assembleia Geral de Acionistas – AGO, realizada em 25/04/2022, respeitando integralmente o seu Estatuto Social nos artigos 40 ao 43, conforme Lei nº 6.404/1976 em seu artigo 205.

Perspectivas e Planos Futuros

A CEB Lajeado S.A. segue dando continuidade às ações em curso e concebidas no seu Plano de Negócio para o período de 2023 a 2027, visando maximizar os seus resultados empresariais. Dentre elas, destacamos:

- Manter o monitoramento semanal dos preços de energia - PLD, avaliando e adotando estratégias de mitigação de riscos e exposição da empresa, promovendo aquisição de energia para reduzir exposição da empresa, e eventualmente venda de energia junto ao MCP/CCEE, sempre que necessários, inclusive se valendo de consultoria especializada como forma de elevar a margem de acerto das decisões.

- Definir estratégias comerciais a partir do bloco de energia descontratado, inclusive considerando a possibilidade de comercializá-lo no ambiente livre;
- Acompanhar todos os trâmites administrativos de prorrogação de extensão de outorga para a UHE Luiz Eduardo Magalhães, conforme Resolução Homologatória ANEEL Nº 2932/2021 de 14 de setembro de 2021, que defere ampliação de prazo na concessão até 22 de setembro de 2035;
- Acompanhamento dos litígios judiciais com impactos financeiros relevantes junto à Companhia, notadamente lides que visam obtenção de tratamento idêntico ao dispensado na mesma matéria às demais empresas do Consórcio Lajeado para venda de energia; ações que visam neutralizar os impactos do risco hidrológico e ações tributárias cujo juízo encontram-se garantido;
- Aperfeiçoar a gestão, disseminando culturas e valores de desenvolvimento humano;
- Manter a busca permanente da eficiência, qualidade e da transparência nas decisões empresariais;
- Qualificar, atualizar e aprimorar a força de trabalho;
- Em 2023 a Companhia continuará participando de programas de incentivos fiscais, conforme prevê a Legislação do imposto de renda e suas posteriores legislações especificas, nas mais diversas áreas sociais (estatuto do idoso; médica-saúde; esportiva) com a finalidade de exercer o seu papel social e avançar em políticas públicas, com o objetivo de corroborar com a sociedade brasileira afim de reduzir as desigualdades humanas.

Auditores Independentes

A Companhia declara que mantém contrato com a Teixeira & Associados Auditores Independentes (“Nexia Teixeira Auditores”), para prestação de serviços de auditoria independente de suas demonstrações contábeis, bem como a revisão de informações contábeis intermediárias, controles internos e auditoria de componentes, com prazo de 5 (cinco) anos.

A política de atuação da Companhia, bem como das demais empresas do Grupo CEB, quanto à contratação de serviços não-relacionados à auditoria junto à empresa deste segmento, se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente. Estes princípios consistem, de acordo com princípios internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Demonstrações Financeiras

Declaramos que revisamos e concordamos com as demonstrações financeiras e com os Relatórios dos Auditores Independentes emitidos sobre as respectivas Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Estas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com a Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/76), incorporando as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Brasília, 31 de dezembro de 2022.

***